



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BARBARA BRAGA CRUZ

A MOEDA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE INOVAÇÃO SOCIAL: O CASO
DO BANCO PALMAS

FORTALEZA

2019

BARBARA BRAGA CRUZ

A MOEDA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE INOVAÇÃO SOCIAL: O CASO DO
BANCO PALMAS

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas do Departamento de Economia
Aplicada da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Economia.

Orientador (a): Prof. Dra. Sandra Maria dos
Santos.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C96m Cruz, Barbara Braga.
A moeda social como instrumento de inovação social : o caso do Banco Palmas / Barbara Braga Cruz. –
2019.
88 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profª. Dra. Sandra Maria dos Santos.
1. Moeda social. 2. Inovação social. 3. Dimensões da inovação social. 4. Modelo de Tardif e Harrisson
(2005). I. Título.

CDD 330

BARBARA BRAGA CRUZ

A MOEDA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE INOVAÇÃO SOCIAL: O CASO DO
BANCO PALMAS

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas do Departamento de Economia
Aplicada da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Economia.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Sandra Maria dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Augusto César de Aquino Cabral
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, que é minha força e refúgio, por me permitir, em sua infinita bondade, ter chegado até aqui.

À Universidade Federal do Ceará, por oferecer a estrutura e ambientes que possibilitaram minha formação.

Agradeço aos meus pais, Lea Braga e Antônio Félix, por todo esforço e apoio em toda minha vida, permitindo-me o acesso à educação e ensinando-me os valores da vida. As conquistas realizadas e as que ainda realizarei serão sempre dedicadas a vocês, como forma de eterna gratidão.

À professora e orientadora Dra. Sandra Maria dos Santos, que me apresentou à área da pesquisa científica em um momento importante de minha trajetória acadêmica, e com seus diversos ensinamentos, me orientou de forma admirável e excelente.

Aos meus amigos, especialmente, Clessia Silva e Patrícia Alcântara, que em vários momentos me trouxeram alegria e conforto, principalmente, durante a realização deste trabalho, compartilhando os desafios dessa jornada e que tornaram-se amigos para muito além da vida acadêmica.

Agradeço ao Banco Palmas, por ter aberto as portas e se disponibilizado a colaborar com a realização desta pesquisa. A todos os entrevistados, por terem compartilhado experiências e conhecimentos, especialmente, ao gestor e idealizador da iniciativa, Joaquim de Melo Neto, por ter partilhado de seu tempo e agregado conhecimento e reflexões que ajudaram a construir este trabalho.

E agradeço a todos que, de alguma forma, fizeram parte do meu percurso para chegar até aqui.

“Ninguém supera a pobreza sozinho e sem
desejar superá-la.”

(Paul Singer)

RESUMO

Embora os avanços tecnológicos demonstrem o surgimento cada vez mais dinâmico de inovações, ainda são evidentes os problemas sociais resultantes de crises, ineficiência de governos e falhas de mercados (MULGAN *et al.*, 2007; CLOUTIER, 2003). Dentro dessa perspectiva, a inovação social refere-se ao estabelecimento de novas soluções que busquem atingir as necessidades e demandas dos indivíduos que compõem determinada comunidade, no sentido de agregar qualidade de vida e inclusão socioeconômica (MAURER, 2011; BIGNETTI, 2011). Nesse sentido, Tardif e Harrisson (2005) desenvolveram um modelo que busca estudar casos de inovação social por meio de cinco dimensões de análise da inovação social: Transformações, Caráter Inovador, Inovação, Atores e Processos, definindo, portanto, cinco categorias de investigação. A presente pesquisa tem como objetivo investigar como as dimensões da inovação social, à luz do modelo Tardif e Harrisson (2005), se refletem em formas de organizações baseadas no uso de moedas sociais. A investigação é de natureza qualitativa e descritiva, sendo utilizado um estudo de caso único, através de levantamento bibliográfico, documental e de campo. As técnicas de coleta de dados adotadas em campo foram pesquisa documental, técnica de observação direta e entrevista semiestruturada. Para análise dos dados, foi utilizado o método da análise de conteúdo, com auxílio do *software* de pesquisa e análise de dados qualitativos **Atlas.ti versão 7.5.18**. Na perspectiva do modelo utilizado, os resultados evidenciaram que: a) o contexto de lutas sociais da comunidade causadas pela crise levaram à criação do banco de desenvolvimento comunitário e da moeda social; b) o caráter inovador foi estabelecido pelos novos arranjos institucionais e regulações sociais levando a um modelo de governança e a uma “nova” economia social; c) a inovação promovida é de escala local e voltada para o bem comum; d) há a participação de diversos atores, desde os atores sociais, assim como organizacionais, institucionais e intermediários; e) os principais processos identificados foram participação, mobilização, aprendizagem, difusão e empoderamento. Foram destacados pelos entrevistados limitações em relação aos recursos insuficientes para atender às demandas da comunidade e a rigidez institucional no aspecto da legalidade para funcionamento da instituição. Nesse contexto, tem-se que a inovação social no caso em questão foi capaz de estabelecer novas relações entre os atores através do uso da moeda social, contribuindo para o empoderamento dos indivíduos e gerando bem-estar para a comunidade.

Palavras-chave: Moeda social; Inovação social; Dimensões da inovação social; Modelo de Tardif e Harrisson (2005).

ABSTRACT

Although technological advances demonstrate the increasingly dynamic emergence of innovations, social problems resulting from crises, government inefficiencies, and market failures are still evident (MULGAN et al., 2007; CLOUTIER, 2003). In this perspective, social innovation refers to the establishment of new solutions that seek to meet the needs and demands of the individuals that make up a given community, in order to aggregate quality of life and socioeconomic inclusion (MAURER, 2011; BIGNETTI, 2011). In this sense, Tardif and Harrisson (2005) developed a model that seeks to study cases of social innovation through five dimensions of analysis of social innovation: Transformations, Innovative Character, Innovation, Actors and Processes, thus defining five categories of research. The present research aims to investigate how the dimensions of social innovation, according to Tardif and Harrisson (2005), are reflected in forms of organizations based on the use of social currencies. The research is qualitative and descriptive in nature, using a single case study, through a bibliographical, documentary and field survey. The techniques of data collection adopted in the field were documentary research, direct observation technique, and semi-structured interview. For data analysis, was used the content analysis method, using the Atlas.ti version 7.5.18 qualitative data analysis and research software. From the perspective of the model used, the results showed that: a) the context of community social struggles caused by the crisis led to the creation of community development bank and social currency; b) the innovative character was established by the new institutional arrangements and social regulations leading to a governance model and a "new" social economy; c) the innovation promoted is of local scale and directed towards the common good; d) there is the participation of different actors, from the social actors, as well as organizational, institutional and intermediary actors; e) The main processes identified were participation, mobilization, learning, diffusion, and empowerment. The interviewees pointed out limitations in relation to insufficient resources to meet the demands of the community and institutional rigidity in the aspect of legality for the functioning of the institution. In this context, social innovation in the case in question has been able to establish new relationships among the actors using the social currency, contributing to the empowerment of individuals and generating well-being for the community.

Keywords: Social currency; Social innovation; Dimensions of social innovation; Model of Tardif and Harrisson (2005).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características e funções da moeda nacional e da moeda social	18
Quadro 2 – Dimensões de análise da inovação social de Tardif e Harrisson (2005)	26
Quadro 3 – Perfil dos sujeitos entrevistados	36
Quadro 4 – Categorias e subcategorias de análise	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASMOCONP	Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CCFD	Comitê Católico Contra a Fome e para o Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CoLab	<i>The Community Innovators Laboratory</i>
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRISES	<i>Centre de Recherche sur les Innovations Sociales</i>
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GTZ	<i>German Technical Cooperation Agency</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MIT	Instituto de Tecnologia de Massachusetts
OXFAM	Comitê de Oxford para o Alívio da Fome
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Questão de pesquisa	13
1.2	Pressupostos.....	13
1.3	Objetivos	14
1.3.1	<i>Objetivo geral</i>	14
1.3.2	<i>Objetivos específicos</i>	14
1.4	Aspectos metodológicos.....	14
1.5	Estrutura do trabalho	15
2	A MOEDA SOCIAL	16
2.1	Dois lados da moeda: da moeda nacional à moeda social	16
2.2	Efeitos econômicos das moedas sociais.....	17
2.3	Moeda social e sua inclusão financeira.....	19
2.4	O uso das moedas sociais pelos bancos comunitários.....	21
3	INOVAÇÃO SOCIAL	23
3.1	Aspectos fundamentais sobre inovação	23
3.2	Inovação social.....	24
3.3	A inovação social à luz do modelo de Tardif e Harrisson (2005)	25
4	BANCO PALMAS: UMA INICIATIVA DE INOVAÇÃO SOCIAL?.....	30
5	ASPECTOS METODOLÓGICOS	34
5.1	Tipologia.....	34
5.2	Coleta de dados.....	34
5.3	Análise de dados	36
6	ANÁLISE DAS DIMENSÕES DA INOVAÇÃO SOCIAL NO BANCO PALMAS	39
6.1	Dimensão “Transformações”	39
6.2	Dimensão “Caráter Inovador”	45
6.3	Dimensão “Inovação”	55
6.4	Dimensão “Atores”	58
6.5	Dimensão “Processos”	64
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
	REFERÊNCIAS	79
	APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA DOS DESENVOLVEDORES	83
	APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA DOS BENEFICIÁRIOS	84
	ANEXO A – SEDE INSTITUTO BANCO PALMAS E CORRESPONDENTE BANCÁRIO	85

ANEXO B – SEDE DO PROJETO ELAS EMANCIPADAS	86
ANEXO C – LOJA O BODEGÃO E PRODUTOS COMERCIALIZADOS	87

1 INTRODUÇÃO

A inovação caracteriza-se como um fenômeno digno de investigação, visto que a globalização leva ao surgimento cada vez mais dinâmico de inovações, sejam elas incrementais ou radicais (SCHUMPETER, 1988). Existe, porém, um espaço para se preencher entre as reais necessidades da população e o que ela de fato recebe do governo, da iniciativa privada ou de organizações não governamentais, provocado pela necessidade de se obter novos conhecimentos tecnológicos (MULGAN *et. al.*, 2007).

Desde o início das grandes revoluções tecnológicas identificadas, principalmente, no século XX, convencionou-se que o crescimento econômico por si só levaria à melhora do bem-estar dos indivíduos. Porém, o crescimento desenfreado é concentrador e, assim, carrega consigo problemas estruturais relacionados à saúde, educação e meio ambiente. Assim, Sachs (2001) afirma que o século XX deixou um ar de descontentamento ao macular a prosperidade global com a presença de tais distúrbios.

Segundo Furtado (1961), o modelo de desenvolvimento, da maneira como ocorre, se torna impossível de ser praticado nas periferias, sendo necessário um tipo de desenvolvimento em que as bases não se encontrem no progresso tecnológico. Dessa forma, diante do dilema entre crescimento econômico e desenvolvimento social, econômico, e ambiental, surgem as discussões voltadas para o novo. Novos modelos que permitam realizar uma mudança social, em áreas em que nem mesmo as políticas públicas voltadas para o social são capazes de alcançar, ainda que estas tenham se mostrado fundamentais para a melhoria do bem-estar das famílias que compõem as classes mais baixas (OXFAM BRASIL, 2017).

As discussões em volta do que se chama de inovação social passam a progredir à medida que ficam evidentes os problemas sociais resultantes de crises, ineficiência de governos e falhas de mercados. A inovação social trata da busca por uma nova resposta, como uma visão alternativa para o desenvolvimento das comunidades, a fim de suprir uma necessidade social, criando novas interações entre os atores sociais, em busca do bem-estar (CLOUTIER, 2003; MOULAERT *et. al.*, 2007).

Uma vez que a inovação social é voltada para a cooperação dos indivíduos que vivenciam uma mesma realidade econômica e social, na busca pela inserção no contexto do mundo globalizado, por meio de soluções inovadoras, ela produz melhora na qualidade de vida

da comunidade que, em última instância, representa o resultado que se quer do desenvolvimento (DOWBOR, 2010).

Dentro dessa perspectiva, esse trabalho propõe-se a investigar sobre a inovação social no que se refere aos elementos observados no estudo dos pesquisadores do *Center de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES) - um dos principais centros de pesquisa no campo da inovação social - Tardif e Harrisson (2005), que identificaram e caracterizaram dimensões da inovação social que mais se apresentavam comuns em uma triagem de casos pesquisados.

O alcance do estudo realizado e a série de detalhes que compõem a análise desenvolvida por Tardif e Harrisson (2005) justificam a escolha do modelo para o presente estudo. No modelo proposto, Tardif e Harrisson (2005) buscaram apresentar as dimensões da inovação social na forma a qual eles chamaram de “Enciclopédia Conceitual de Inovação Social do CRISES”. Dessa forma, as dimensões para análise da inovação social são: “Transformações”, “Caráter Inovador”, “Inovação”, “Atores” e “Processos”, definindo, portanto, cinco categorias de investigação.

Nesse sentido, importantes instrumentos de inovação social são identificados em prol do desenvolvimento de comunidades, como é o caso das moedas sociais, que apresentam uma profundidade de questões envolvendo o seu uso como objeto de transformação social para além da identificação usual já dada pelos defensores das teorias keynesianas e pós-keynesianas sobre o sentido da moeda como um meio de troca, uma unidade de conta e reserva de valor (KOHLENER; OLIVEIRA, 2013).

1.1 Questão de pesquisa

Como as dimensões da inovação social, à luz o modelo de Tardif e Harrisson (2005), se refletem em formas de organizações baseadas no uso de moedas sociais?

1.2 Pressupostos

- a) A natureza socioeconômica da comunidade, possuindo a marca da exclusão e marginalização, contribui para o início da atuação;
- b) O caráter inovador da ação levou à institucionalização da iniciativa, gerando um modelo de governança participativo e uma “nova” economia social;

- c) A inovação é do tipo social, difundida, principalmente, em escala local e busca nivelar os interesses individuais e coletivos para gerar um interesse em comum;
- d) Os atores envolvidos advém de uma diversidade de esferas e áreas, gerando um processo de cooperação que leva ao estímulo da circulação da moeda social local;
- e) Os modos de coordenação nos processos da inovação são a aprendizagem, integração e mobilização e os meios principais são empoderamento e a difusão.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Investigar como as dimensões da inovação social, à luz do modelo Tardif e Harrison (2005), se refletem em formas de organizações baseadas no uso de moedas sociais.

1.3.2 Objetivos específicos

Acompanhando o objetivo geral, desenvolvem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar os elementos da dimensão “Transformações”;
- b) Analisar os elementos da dimensão “Caráter Inovador”;
- c) Analisar os elementos da dimensão “Inovação”;
- d) Analisar os elementos da dimensão “Atores”;
- e) Analisar os elementos da dimensão “Processos”.

1.4 Aspectos metodológicos

O presente trabalho utilizará como estratégia de pesquisa o estudo de caso único, através da coleta de dados adotada em campo - pesquisa documental, técnica de observação direta e entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados será feita por meio da técnica de análise de conteúdo, estruturada de acordo com as dimensões da inovação social propostas por Tardif e Harrison (2005), onde as categorias e subcategorias de análise estarão relacionadas aos objetivos específicos propostos.

1.5 Estrutura do trabalho

O trabalho está estruturado em sete seções, iniciando pela presente introdução, tratando da questão de pesquisa, dos pressupostos, dos objetivos geral e específicos e dos aspectos metodológicos.

Na seção dois são apresentadas as discussões acerca da temática da moeda social, como parte da contribuição para formação dos alicerces teóricos que norteiam a presente investigação. Já na terceira seção, como complemento à fundamentação teórica proposta, são apresentados os aspectos da inovação social e as dimensões de análise da inovação social proposta pelo modelo de Tardif e Harrisson (2005).

A quarta seção destaca as características do caso estudado e na quinta seção são apresentados os aspectos metodológicos empregados na realização da pesquisa, constituídos por: tipologia, coleta de dados e análise dos dados.

A sexta seção dedica-se à análise dos dados do caso estudado e seus resultados, de acordo com a fundamentação teórica proposta. Por fim, a seção sete apresenta as considerações finais, relacionando-se a cada objetivo específico, abordando as limitações da pesquisa e sugestões para trabalhos futuros.

2 A MOEDA SOCIAL

Nesta seção serão apresentadas as discussões sobre o uso da moeda social para a promoção da melhoria da qualidade de vida de comunidades em situação de vulnerabilidade econômica e social, através dos bancos comunitários e sua relação com a inclusão financeira, seguindo com uma discussão sobre os efeitos econômicos das moedas sociais.

2.1 Dois lados da moeda: da moeda nacional à moeda social

Galbraith (1997) afirma sobre a sociedade econômica moderna e a administração da moeda e da economia:

A administração da moeda e administração da economia são partes inseparáveis do problema mais amplo da distribuição da renda na economia moderna. Nada é tão atraente ao instinto individual ou conservador do que o pensamento de que a política econômica é uma questão puramente técnica. Não há questões de classe social ou política social (GALBRAITH, 1997, p. 322).

O desenvolvimento e o crescimento econômico são automaticamente associados a uma moeda representativa, com estabilidade e valorizada no mercado internacional, ou seja, a noção de moeda nacional que a população tem é aquela com estrita emissão pela autoridade monetária através do curso forçado da mesma. Porém, o sentido de moeda é bem mais amplo, pois um sistema monetário equilibrado deve, além da busca pela eficiência econômica, ser guiado pelos valores e princípios do bem estar da população e seu bom funcionamento para atingir o desenvolvimento social e econômico da comunidade, a justiça social e o empoderamento das pessoas (FREIRE, 2011).

O fenômeno socioeconômico da moeda social surge em contextos difíceis, ou seja, ligados aos efeitos de crises, que criam regras e padrões de interesses globais em detrimento das circunstâncias vividas pelas diferentes comunidades locais, acabam criando e/ou evidenciando que a performance do sistema financeiro e monetário apresenta falhas no acesso à moeda e ao crédito para as camadas pobres, ou seja, comunidades mais afastadas do centro da economia globalizada (KUMAR, 2004).

A moeda social, então, surge como resposta as distorções do sistema monetário, ao absorver, ao menos em parte, os choques provocados pelas instabilidades financeiras, que desencadeiam deficiências estruturais na sociedade.

2.2 Efeitos econômicos das moedas sociais

A população precisa acreditar na moeda. Com motivações distintas da moeda nacional, as moedas sociais alinham os propósitos de um sistema econômico estável aos propósitos sociais em um mesmo ambiente. A interação econômica comunitária é estabelecida, pois, via moeda local, dinamiza o consumo de bens e serviços dentro da própria comunidade, através da substituição de importações. Segundo Kohler e Oliveira (2013), esse instrumento provoca a expansão da base monetária local e também pode acelerar a velocidade de circulação da moeda, assim, a demanda por bens e serviços locais tendem a aumentar, devido a estabelecimento de uma moeda social e a baixa incerteza que a moeda passa a apresentar.

Não só com o objetivo de modificar as trocas econômicas, as moedas sociais buscam a transformação das comunidades locais como sociedade, pois, para o seu perfeito funcionamento, valores como confiança mútua, empoderamento e autossuficiência em relação aos mercados globalizados - que dificilmente conseguem enxergar indivíduos excluídos do sistema econômico - precisam ser alcançados (RIGO, 2014).

O fato da circulação das moedas sociais em lugar limitado otimizar os recursos locais pode ser percebido com a consequência direta do incremento no mercado de trabalho e melhora da distribuição de renda, gerando efeitos na economia real, com a aceleração do comércio - antes não suprido pela moeda nacional - empregando novos recursos e novos fatores de produção outrora ociosos (KOHLEER; OLIVEIRA, 2013).

As moedas sociais despontam como uma resposta nova à economia local e à inclusão de comunidades excluídas socioeconomicamente. O uso das moedas sociais estimula a manutenção da riqueza ao utilizar os recursos locais com maior grau de eficiência, estimulando o empreendedorismo, estimulando a criação de emprego, além de, por ser um sistema isolado, não comprometer o desempenho do sistema financeiro nacional (FREIRE, 2011; KOHLER; OLIVEIRA, 2013).

No que se refere as principais nuances entre a moeda nacional e a moeda social, os seus respectivos objetivos econômicos e sociais são apresentados no quadro 1 com elaboração de Freire (2008).

Quadro 1 – Características e funções da moeda nacional e da moeda social

MOEDA NACIONAL	MOEDA SOCIAL
Moeda fiduciária oficial;	Complementar à moeda fiduciária oficial;
Possui três funções: unidade de conta, meio de troca e reserva de valor;	Não necessariamente cumpre todas as funções da moeda;
Curso legal e uso obrigatório por lei, garantia e monopolizada pelo Estado;	Ninguém é (ou pode ser) obrigado a aceitar moeda social ou participar do sistema de moedas sociais;
Conectada diretamente com as finanças públicas (dívida pública e direito público);	Direito dos contratos e direito das obrigações (obrigações privadas e direito privadas);
95% - moeda bancária privada (propriedade privada e dívida privada): depósitos bancários, juros compostos, crescimento exponencial	Reciprocidade, mutualismo (propriedade comunitária); diversos tipos de incentivos à circulação local; evita efeitos associados aos juros compostos; crescimento similar ao da economia real;
Exclusão social; pessoas não bancarizadas; alto custo do crédito; concentração financeira.	Inclusão social; geração de emprego e renda; crédito sustentável; desconcentração financeira;

Fonte: Adaptado de Freire (2008).

A moeda de âmbito nacional não pode ser substituída pela moeda social, visto que a moeda social é implementada através do respeito às escolhas dos indivíduos da comunidade local, e quem não participar desse sistema monetário não estará impossibilitado de realizar a compra e venda de bens e serviços ainda com a moeda nacional, visto que esta possui o seu curso forçado em território nacional (FREIRE, 2011)

Ainda, a inserção de um instrumento monetário na economia pode provocar preocupação relacionada ao estado inflacionário. No entanto, como descrito no quadro 1, uma das características da moeda social é a utilização como meio de troca, ou seja, o objetivo é promover a circulação da riqueza e não sua acumulação. Já a acumulação, se existisse, poderia levar ao início de um processo inflacionário. A moeda social, portanto, independente das flutuações inflacionárias da economia real (KOHLENER; OLIVEIRA, 2013). Já para Freire (2011), as moedas sociais podem atuar como unidade de conta, como meio de troca e até mesmo guardadas como reserva de valor, visto que este último irá depender das decisões estratégicas sobre funcionamento do sistema monetário.

A experiência de inclusão desse instrumento em âmbito local significa ampliar a base monetária local e seu uso não está condicionado ao proibição do uso da moeda nacional, reiterando a argumentação do pensamento keynesiano e pós- keynesiano da não-neutralidade

da moeda, representada pelo lastro da moeda social na moeda nacional, que produz dinamismo econômico, com geração de renda e emprego (KOHLER; OLIVEIRA, 2013).

2.3 Moeda social e sua inclusão financeira

Desconsiderando as desigualdades provocadas pela má distribuição de recursos e de renda, não há como negar o contínuo crescimento da economia através do rápido avanço tecnológico. No entanto, o combate aos níveis extremos de desigualdade - considerando que a desigualdade e a pobreza em si não podem ser evitadas (OXFAM BRASIL 2017) - onde uma parcela significativa da população encontra-se à margem da economia, construindo amarras à questão social, devem ser ponto de análise principalmente em sociedades que apresentam forte vulnerabilidade no trato dos direitos dos cidadãos, demandando novas escolhas, novas interações entre as várias esferas da sociedade na busca de soluções inovadoras, para preencher lacunas que impedem o desenvolvimento, tanto econômico quanto social, de tais classes marginalizadas.

A abrangência do sistema financeiro, por sua vez, torna-se um importante parâmetro de discussão sobre como a moeda, sendo o instrumento que dá dinamismo à economia, pode atingir ou não todas as regiões, ou seja, a delimitação dos serviços financeiros é reconhecidamente falha ao não atingir todos os locais para que possam fazer uso da moeda (MENEZES; CROCCO, 2009). Assim, as chamadas regiões atingidas pela exclusão financeira, por não ter acesso aos serviços básicos do sistema bancário, levam a entraves no processo de desenvolvimento das localidades atingidas, destacando, então, a não neutralidade da moeda neste processo de desenvolvimento.

A exclusão financeira, ou seja, a precariedade ou a ausência de acesso de determinadas camadas da população a serviços financeiros (MENEZES; CROCCO, 2009) decorre de escolhas feitas pelas próprias instituições financeiras em diminuir custos ao não operacionalizar em regiões com nível de renda baixo, pouco desenvolvidas e, ainda, ao maior grau de assimetria de informações que instituições bancárias irão ter sobre essas populações (KUMAR, 2004).

Segundo Menezes e Crocco (2009) a exclusão financeira por parte da população impede o desenvolvimento, levando essas camadas a ficarem mais distantes do circuito de financeirização do país, reproduzindo um círculo vicioso que promove não só a exclusão econômica, mas fomenta também a exclusão social.

Dada a concepção keynesiana e pós-keynesiana da moeda não ter como finalidade apenas ser um meio de troca, o surgimento da moeda para circulação em uma localidade delimitada, numa forma de organização econômica comunitária, desponta como uma alternativa ao uso de transações convencionais que não conseguem ou não buscam atingir as demandas financeiras de todas as classes da sociedade, muitas vezes, por questões que envolvem a busca pela maximização de lucros por parte das instituições bancárias (KÖHLER; OLIVEIRA, 2013; MENEZES; CROCCO, 2009).

A moeda social, segundo afirma Freire (2011), tem o papel de “resolver ou atenuar o problema de ‘desencaixe’ entre recursos disponíveis e necessidades não atendidas”. Ela é caracterizada como responsável pela integração entre os atores aproximados por laços sociais e interesses em comum, a fim de gerar riqueza e renda em nível local, fortalecer a preservação da cultura e do meio ambiente desses espaços e dinamizar a economia local, respeitando a supremacia democrática da comunidade.

Por serem consideradas moedas complementares, as moedas sociais não tem o poder de afetar o controle e a quantidade de moeda circulante, ou seja, por não serem moedas oficiais, as pessoas ficam livres para a escolha de utilizar a moeda social como instrumento de troca, e assim, não ameaçam a estabilidade da moeda oficial, tanto que mais comumente, as moedas sociais possuem seu lastro na moeda oficial correspondente (FREIRE, 2008).

Na verdade, o uso da moeda social vai muito mais além, pois o seu estabelecimento como moeda alternativa é baseado na confiança que os indivíduos têm nela. A moeda social, assim como a moeda oficial do país, deve representar a identidade da comunidade onde está inserida, sendo muitas vezes a porta de entrada para a inserção dessa população dentro de um contexto de globalização mais estruturado, sendo, portanto, um trabalho que promove profunda transformação social, sempre voltado para o bem-estar da população. Dowbor (2010) retrata a dinâmica de iniciativas que levam o desenvolvimento para o nível local como responsáveis por aproximar a decisão do espaço onde os indivíduos podem participar de fato, ao enfrentar a questão das periferias urbanas, que se tornaram a forma dominante de manifestação do que o autor chama de “tragédia social”.

Segundo Freire (2011), as economias locais podem ser desenvolvidas através da criação, implantação e difusão das moedas sociais, pois os recursos circulando nessas economias beneficiam primeiro seus moradores. Além disso, a autora afirma que facilita a

criação de riqueza na economia real, visto que, a moeda possui seu correspondente na moeda oficial e, conseqüentemente, um aumento da quantidade de moeda social leva ao aumento de transações na economia real.

O fenômeno da moeda social, ainda, gera benefícios que vão além do cunho econômico, pois proporcionam a criação de senso de pertencimento à comunidade, cooperação entre os atores, aquisição de habilidades práticas e empoderamento, tanto em cada indivíduo como também coletivamente (MENEZES; CROCCO, 2009).

A moeda social tem capacidade de agregar valor à produção local de uma gama de atividades, o que a constitui como uma inovação na forma de acesso ao crédito, pois os indivíduos desprezados no sistema financeiro nacional convencional passam a ter a possibilidade de realizar ações voltadas para o consumo e investimento, incluindo trabalhadores e empreendedores no círculo de produção, ao passo que estabelece estratégia notável para o desenvolvimento da comunidade (INSTITUTO BANCO PALMAS; NESOL-USP, 2013).

2.4 O uso das moedas sociais pelos bancos comunitários

Singer (2013) afirma que o fenômeno dos bancos comunitários de desenvolvimento surge como importante instrumento de promoção do desenvolvimento das comunidades, já que a partir de sua implementação na comunidade, auxilia na superação de problemas de exclusão financeira. As dificuldades em encontrar acesso ao financiamento demonstram uma orientação por parte das instituições financeiras convencionais a favorecer um público que possa oferecer garantias reais, depósitos com valores consideráveis para abrir contas, enfim, burocracias incompatíveis com a realidade do público menos favorecido. Assim, o sistema financeiro convencional, ao parecer sólido, moderno e inquestionável para uma parte da população, esconde incongruências com a maior parte da realidade brasileira.

Por outro lado, a origem e construção do banco comunitário vem da própria comunidade. Segundo Rigo (2014), grande parte da população dessas comunidades encontra-se em situação de desemprego, na maioria dos casos por falta do nível escolar geralmente exigido, já que muitos, ainda jovens, deixam a escola para ajudar no sustento de suas famílias. Assim, através das instruções promovidas pelo banco comunitário e pelos próprios moradores com nível de escolaridade suficiente para promover capacitações, os habitantes do local acabam realizando as funções de controle dos recursos e gestão da moeda social, ao divulgar o uso da mesma, ao fazer acordos com os comerciantes locais e realizar campanhas de conscientização

do uso e do poder de transformação que a moeda social, dentro da sua própria realidade, pode realizar (RIGO, 2014).

Sobre o intuito da criação de um banco comunitário, Singer (2013, p. 35) declara que “a finalidade do banco comunitário não é maximizar seu lucro, como fazem os bancos capitalistas, mas fomentar o desenvolvimento econômico da comunidade que o criou e o utiliza”. Assim, o banco comunitário foi pensado para ser muito mais que um banco, pois funciona como promovedor do desenvolvimento social e econômico da comunidade, à base de confiança, mediação social, evolução, inclusão e solidariedade (SINGER, 2013).

Assim, a dinâmica dos bancos comunitários com a moeda social funciona através da “combinação da oferta de crédito para a promoção de atividades econômicas em áreas empobrecidas”, acrescenta Singer (2013, p. 37). Através da articulação dos atores locais, como produtores e consumidores, a moeda social desempenha papel essencial no desenvolvimento de comunidades econômica e socialmente vulneráveis.

Conforme Franco (2004), as sociedades empoderadas se tornam mais confiantes sobre aquilo que enxergam ao passo que desenvolvem capacidades e competências a fim de trazer soluções e aproveitar oportunidades. Uma ação social, quando é implementada de forma isolada, por indivíduos trazendo modelos de sucesso em outras experiências, não necessariamente irá fazer sentido dentro daquela realidade, nem se poderá ter a certeza de obter os resultados esperados, pois o processo de desenvolvimento deve estar de acordo com a identidade local, vinda das raízes culturais, superações e outras experiências (FRANCO, 2004). A sustentação, então, desse novo patamar de vida social é alcançado pelo próprio povo, aliado ao uso dos instrumentos adequados.

Portanto, a análise do desempenho de modelos que promovem a melhoria da qualidade de vida de comunidades em outras experiências auxilia na construção desse processo a partir do momento em que a padronização de tais modelos não impeça que a comunidade evolua em sua própria rede de transformações (FRANCO, 2004).

Nesse sentido, as áreas caracterizadas pela vulnerabilidade social, quando expostas a uma solução nova para seus problemas, passam a ser reconhecidas pela forma inovadora de resposta às dificuldades, com a introdução das moedas sociais e dos bancos comunitários de desenvolvimento através de sua forma de gestão socialmente inovadora.

3 INOVAÇÃO SOCIAL

O capítulo 2 dedicou-se a explicar e conceituar o tema da moeda social na perspectiva de sua utilização como instrumento que propicia o desenvolvimento de comunidades suscetíveis à exclusão socioeconômica. Na presente seção, serão abordados os aspectos fundamentais da inovação, seguindo para a discussão sobre a inovação social e as dimensões de análise da inovação social propostas no modelo de Tardif e Harrisson (2005).

3.1 Aspectos fundamentais sobre inovação

É possível perceber o tema da inovação social como objeto de estudo a partir do começo do século XXI, e para chegar até esse ponto é importante entender a temática da inovação, que foi levantada por Schumpeter (1883 - 1950). O autor indica que as grandes transformações econômicas pelas quais passa o sistema capitalista estão atreladas às inovações, principalmente, tecnológicas.

[...] as inovações no sistema econômico não aparecem, via de regra, de tal maneira que primeiramente as novas necessidades surgem espontaneamente nos consumidores e então o aparato produtivo se modifica sob sua pressão. Entretanto, é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar. Portanto, apesar de ser permissível e até necessário considerar as necessidades dos consumidores como uma força independente e, de fato, fundamental na teoria do fluxo circular, devemos tomar uma atitude diferente quando analisamos a mudança (SCHUMPETER, 1988, p. 48).

Ao considerar a inovação tecnológica como impulsor do desenvolvimento capitalista de uma região ou país, Schumpeter (1988) afirma que a inovação é uma forma de fazer novas combinações, ou seja, produzir outras coisas, ou as mesmas coisas com métodos diferentes. As inovações introduzidas no sistema econômico e o seu progresso estão na chamada ‘dinâmica criativa’, ou seja, a forma como os produtos e métodos inovadores estão sempre sendo substituídos por novas inovações.

Dessa forma, o conceito de inovação trazido por Schumpeter associava-se à visão econômica e, conseqüentemente, concentrou-se essencialmente no campo tecnológico e competitivo da concepção. As inovações, vindas da capacidade humana de criar coisas novas, de se renovar ou de inventar, aparecem como fruto do desenvolvimento gerado para responder às suas necessidades, assim como promover melhoria da qualidade de vida (CAJAIBA-SANTANA, 2013).

3.2 Inovação social

No decorrer das últimas décadas, observa-se que existe um avanço das discussões sobre inovação abrangendo o interesse de pesquisadores das áreas da política, economia, educação e social, ou seja, esferas que vão além dos interesses empresariais. A procura, então, incorporou novos significados, tornando o sentido de inovação mais abrangente e sistêmico (BIGNETTI, 2011).

O termo inovação social, da forma como é conhecida, passou a ser enfatizado através do trabalho pioneiro de Taylor (1970), destacando que a inovação social é uma “nova forma de fazer as coisas”, promovendo uma novidade social e que pode ser abordada de forma interdisciplinar.

Segundo Zawislak (1994), a ideia de inovação social não pode ser considerada com significativo grau de novidade. Porém, justificativas para a evolução dos estudos nesse campo encontram-se no fato de que políticas estabelecidas com o intuito de eliminar problemas bem discutidos na atualidade, como questões climáticas e desigualdades sociais, são insuficientes para satisfazer o bem-estar e propagar a qualidade de vida da sociedade. Nesse sentido, Cloutier (2003) afirma que a inovação social surge como uma resposta nova e duradoura às necessidades sociais não satisfeitas. Complementando essa ideia, Moulaert *et. al* (2007) declara que a inovação social pode ser vista como uma alternativa ao desenvolvimento de comunidades locais, focada no empoderamento através de novas relações entre os atores e a participação comunitária, visando solucionar problemas de privação, que inibem o desenvolvimento humano.

Bignetti (2011) afirma, então, que a partir da análise dos conceitos atribuídos à inovação social, ainda não existe um consenso acerca de sua definição e seu objeto de estudo, resultando num aglomerado de conceitos. Essa falta de definição pode levar os interessados no tema a passar por escolhas que são conflitantes com seus reais interesses de estudo. O que se observa hoje é um grande sentimento de responsabilidade a fim de obter aprofundamento no estudo de inovação social no que se refere, principalmente, sobre suas características e dimensões.

Diante do exposto, a fim de dar embasamento à definição de inovação social adotada neste trabalho, elegeu-se um conceito amplamente divulgado no meio acadêmico, difundida pelo *Center de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES). O Centro, criado

em 1986, com localização no Canadá, corresponde a um dos maiores centros de pesquisa multidisciplinar, reunindo 8 instituições e cerca de 60 pesquisadores. Segundo o CRISES (2018), a inovação social pode ser definida como:

Novos arranjos sociais, organizacionais ou institucionais e, ainda, novos produtos ou serviços, com um objetivo social explícito, decorrente de uma ação individual ou iniciada por um grupo, para responder a uma aspiração, atender a uma necessidade, fornecer uma solução para um problema ou aproveitar uma oportunidade de ação, visando modificar as relações sociais, transformando um quadro de ação ou propondo novas orientações culturais (CRISES, 2018).

Entre os trabalhos publicados através do CRISES, tem destaque o estudo dos pesquisadores Tardif e Harrisson (2005), que propuseram um modelo de análise para sistematizar as dimensões da inovação social, estabelecendo cinco categorias de análise: “Transformações”, “Caráter Inovador”, “Inovação”, “Atores” e “Processos”, as quais são utilizadas como base para a análise seguida neste trabalho.

3.3 A inovação social à luz do modelo de Tardif e Harrisson (2005)

No modelo proposto por Tardif e Harrisson (2005), os autores buscaram apresentar as características da inovação social na forma a qual eles chamaram de “Enciclopédia Conceitual de Inovação Social do CRISES”. Vale ressaltar que a menção ao termo “dimensões” não foi propriamente dita pelos autores, porém, foi difundida entre os trabalhos acadêmicos e assim será utilizada por esta pesquisa. Com o propósito de identificar as dimensões da inovação social, o modelo de Tardif e Harrisson (2005) foi desenvolvido através da análise de 49 artigos publicados por pesquisadores do CRISES.

Dessa forma, as dimensões para análise e caracterização da inovação social, de acordo com Tardif e Harrisson (2005), são as “Transformações”, “Caráter Inovador”, “Inovação”, “Atores” e “Processos”, definindo, assim, cinco categorias de análise e suas respectivas subcategorias, conforme mostra o quadro 2.

Quadro 2 – As dimensões de análise da inovação social de Tardif e Harrisson (2005)

Transformações	Caráter Inovador	Inovação	Atores	Processos
<p>Contexto macro/micro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - crise - ruptura - descontinuidade - modificações estruturais <p>Econômicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - emergência - reconversão - ajustamento - relações de trabalho/produção/consumo <p>Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - recomposição - reconstrução - exclusão/marginalização - prática - mudança - relações sociais/ de gênero 	<p>Modelo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - de trabalho - de desenvolvimento - de Quebec - de governança <p>Economia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - do saber/conhecimento - mista - social <p>Ação social:</p> <ul style="list-style-type: none"> - tentativas - experimentos - políticas - programas - arranjos institucionais - regulação social 	<p>Escala:</p> <ul style="list-style-type: none"> - local <p>Tipos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - técnica - sociotécnica - social - organizacional - institucional <p>Finalidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - bem comum - interesse geral - interesse coletivo - cooperação 	<p>Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - movimentos cooperativos/comunitários/associativos - sociedade civil - sindicatos <p>Organizações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - empresas - organizações da economia social - organizações coletivas - destinatários <p>Institucionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estado - identidade - valores/normas <p>Intermediários:</p> <ul style="list-style-type: none"> - comitês - redes sociais/ de alianças/ de inovação 	<p>Modo de coordenação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - avaliação - participação - mobilização - aprendizagem <p>Meios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - parcerias - concertação - integração - negociação - empoderamento - difusão <p>Restrições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - complexidade - incerteza - resistência - tensões - compromissos - rigidez institucional

Fonte: Adaptado de Tardif e Harrisson (2005).

Segundo Tardif e Harrisson (2005), no que diz respeito à dimensão “Transformações”, a inovação social é desenvolvida dentro de um contexto, seja econômico seja social ou cultural, dentro de certo local. O ambiente mais propício para o surgimento de uma inovação social, geralmente, é aquele marcado pelas crises, que causam situações precárias no ambiente em que está inserido. Dessa forma, a ruptura ou a descontinuidade do processo social que está vigorando levam a modificações estruturais. É fundamental, portanto, que, nesse sentido, se observe os seus aspectos macro e micro.

Os aspectos macro e micro se refletem nos fatores econômicos, que tem foco na emergência, adaptação e relações de trabalho, as quais foram transformadas de forma mais intensa ou não, fazendo com que os atores envolvidos na inovação social necessitem de uma adaptação (ajustamento), sendo necessária a implementação de novas estratégias (reconversão), e, conseqüentemente, novas estruturas de produção (emergência) (TARDIF; HARRISSON, 2005).

Já no contexto das transformações sociais, essa dimensão propõe que as mudanças sociais ocasionadas por esse contexto de desordem acabam gerando uma recomposição e

reconstrução dos laços sociais, de maneira que novas relações sociais sejam vivenciadas. Além disso, Tardif e Harrisson (2005) afirmam que os cenários de exclusão e marginalização social e econômica também estão ligados às transformações sociais.

Quanto à segunda dimensão de análise do modelo Tardif e Harrison (2005) chamada “Caráter Inovador”, refere-se ao fato das transformações ocasionadas pelas crises e suas consequentes soluções serem descritas como uma novidade, ou seja, são inéditas para as condições em que surgem.

De acordo com Maurer (2011), Tardif e Harrisson (2005) definem que o caráter inovador da iniciativa ocorre através da implantação e disseminação da ação social, com novos arranjos institucionais e novas regulações sociais entre os atores; gerando novos tipos de economia, seja ela economia do saber ou do conhecimento, economia mista ou economia social; e com diferentes modelos, sendo eles: de trabalho, com foco nas formas de organização do trabalho; de desenvolvimento, que tem o Estado como ator principal; de governança, caracterizado pelas parcerias entre Poder Público e demais instituições, além de maior participação por parte da população, que passa a apresentar maior poder na tomada de decisão; ou, ainda, o chamado modelo de Quebec, gerado pelas inovações sociais do sistema Quebec.

Dessa forma, assim como ocorre no processo de inovação descrito por Schumpeter (1988), Tardif e Harrisson (2005) descrevem que a inovação no âmbito social perpassa por “tentativas” ou “experimentos” até se chegar ao passo da implementação, com novos programas e políticas, e, assim, tenderiam a ser institucionalizadas.

Para Tardif e Harrison (2005), a terceira dimensão proposta, a “Inovação”, que também é uma das dimensões classificadas pelo CRISES, considera qual a finalidade da inovação, podendo ser o bem comum, interesse geral, interesse coletivo e cooperação, e é caracterizada pelos tipos de experimentos em inovação social. Assim sendo, as inovações podem ser técnicas, através do uso de produtos e tecnologias que propiciem o bem-estar dos atores envolvidos; sociotécnicas, com a elaboração de tecnologias dentro de organizações; organizacionais, que buscam atender as necessidades dos funcionários num contexto organizacional; institucionais, com a formulação de leis, regras e acordos, com o intuito de levar melhorias à população, ou seja, possui a atuação principal do Estado; e sociais, desenvolvidas especificamente pelos atores da sociedade civil, portanto, não difundidas por empresas ou pelo Estado, de forma que gerem melhorias no bem-estar dos atores envolvidos.

Quanto à escala de abrangência, segundo Tardif e Harrisson (2005), a inovação social deve ser sempre analisada como um processo local, não importando qual seja o tipo da inovação, visto que busca solucionar as questões sociais em um contexto local. Assim, a inovação social seria um processo iniciado pela cooperação entre os diferentes atores e com o ambiente em que está inserido, a fim de minimizar os efeitos de crises, na tentativa de nivelar e harmonizar tanto os interesses individuais quanto coletivos, buscando alcançar o bem comum (TARDIF; HARRISSON, 2005).

Com relação à dimensão “Atores”, a participação e comprometimento dos atores envolvidos na inovação são estudados em diferentes níveis e esferas, podendo ser atores de caráter social, como movimentos comunitários, cooperativas, associações e sindicatos, ou seja, atores da sociedade civil; organizacional, como empresas privadas, organizações coletivas e organizações da Economia Social; institucional, como o próprio Estado, além da identidade e normas/valores dos atores; e intermediário, que abrangem os comitês, redes sociais de alianças e de inovações formados a partir das relações entre diversos atores (MAURER, 2011).

Para Tardif e Harrisson (2005) é fundamental que no processo inovação ocorra o que se chama de aprendizagem coletiva, levando à agregação de identidades, valores e normas de cada indivíduo com o intuito de fortalecer o desenvolvimento da execução de projetos de inovação social.

A dimensão “Processos”, por fim, tem como objetivo entender as etapas para formação, implantação e disseminação da inovação social (TARDIF; HARRISSON, 2005). Assim, busca saber quais os modos de coordenação, os meios os quais foram recorridos e utilizados e as restrições encaradas no processo de inovação social.

A respeito dos modos de coordenação, trata-se da mobilização e contribuição dos atores por meio da aprendizagem coletiva, essencial para o processo de inovação social, em que a participação tanto dos atores quanto dos próprios usuários possibilite a harmoniosa e efetiva implantação da novidade, passando pelo momento de avaliação dos processos a fim de se ter controle sobre as atividades desempenhadas e seus resultados, revelando também quais as restrições, como complexidade, incertezas, resistência e tensões frutos da novidade e compromissos (TARDIF; HARRISSON, 2005).

Tratando-se dos meios, Tardif e Harrisson (2005) afirmam que é o momento na qual percebe-se que, para que os projetos sejam consolidados, deve haver a integração por parte

dos atores, como parcerias - informais ou não - negociação e concertação. Além disso, o empoderamento evoca o sentimento de pertencimento àquela localidade, proporcionando a difusão por parte dos atores de forma espontânea e coletiva.

O processo de inovação social, através das cinco dimensões de análise apresentadas, considera desde a etapa inicial, através de seu surgimento por meio de um contexto motivador, pela implementação das ações, com o envolvimento dos atores, passando pela avaliação dos impactos e constante aprimoramento na busca do atingimento dos objetivos propostos.

Dentro desse contexto, pretende-se investigar como tais dimensões se refletem em uma forma de organização baseada no uso de moedas sociais. Assim, o próximo capítulo deste trabalho apresenta as principais características e elementos do caso estudado.

4 BANCO PALMAS: UMA INICIATIVA DE INOVAÇÃO SOCIAL?

O Banco Palmas é uma organização do terceiro setor, pioneira na criação e difusão da metodologia de banco comunitário de desenvolvimento no Brasil, ao implantar um sistema econômico local entre produtores, comerciantes e consumidores. Fundado em janeiro de 1998 no Conjunto Palmeiras, periferia da cidade de Fortaleza (CE), no momento em que a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) juntamente com os moradores da comunidade decidem criar um projeto de geração de renda e emprego para o bairro, aliando o crescimento da economia local à melhoria do bem estar da população (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010).

O Conjunto Palmeiras é um bairro situado na periferia da cidade de Fortaleza (CE) formado por uma comunidade que, em 1973, passou por um processo de expulsão – pelo Poder Público - das áreas litorâneas da cidade ocasionado, principalmente, pelo crescimento da indústria e pela especulação imobiliária, e foram removidas para uma área de risco, inapropriada para habitação, sem serviços como água, energia e esgoto. A população, então, começou a erguer o bairro com as próprias mãos, construindo casas, ruas e reivindicando junto ao Poder Público mais atenção às demandas da comunidade (SALVADOR; GRANJEIRO; 2014).

Desse modo, o contexto em que o Banco Palmas foi criado refere-se a um momento em que a comunidade local, após passar por décadas de lutas e mobilizações em prol de melhorias na infraestrutura e no social, deparava-se com a problemática da pobreza e miséria e não conseguia ainda as causas da falta de dinheiro. Então, após inúmeros diálogos, descobriu-se que a renda da população não circulava dentro do bairro, ou seja, a realização das compras dos bens e serviços os quais necessitavam eram feitas em outros bairros, dificultando o crescimento econômico do Conjunto Palmeiras (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2008). Assim, criaram o Banco Palmas e a moeda social Palmas, como instrumentos que promovessem um sistema de interação, diferenciado do convencional, entre consumidores e produtores locais, com o objetivo de gerar trabalho, renda e que fosse capaz de diminuir a condição de exclusão econômica e social da população (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2008).

A moeda social Palmas é usada para pagamentos na comunidade e funciona de forma complementar à moeda nacional (MENEZES; CROCCO, 2009). Além disso, sua atuação

se limita ao espaço para o qual é destinada, ou seja, é usada apenas no Conjunto Palmeiras e é movida pelas relações de confiança e reciprocidade dos moradores.

A partir do surgimento do Banco Palmas, foi criado, em 2003, o Instituto Banco Palmas, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com o objetivo de realizar a difusão da metodologia do Banco Palmas, através da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, e garantir o acesso ao microcrédito a produtores e consumidores locais, através do correspondente bancário, empréstimos e moeda social (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010).

Atualmente, o Banco Palmas busca direcionar seus esforços através de uma série de projetos que foram sendo criados com o intuito de capacitar e empoderar o moradores do Conjunto Palmeiras. Nesse sentido, o banco tem desenvolvido ações voltadas para as mulheres, jovens, população desempregada e moradores em geral, sem limites de idade ou outros aspectos. Com tais atividades, o banco procura aproximar a população das necessidades da comunidade, como foi desde a fundação do bairro (BATAGLIN, 2017).

Entre os projetos, destaca-se o projeto Elas – Emancipadas, criado em 2010, com o intuito de promover o acesso à educação financeira e ao microcrédito às mulheres do bairro, fortalecendo o sentimento de autonomia e empoderamento feminino. Já foram promovidos cursos de corte e costura, culinária. Devido ao seu sucesso foi iniciado um projeto dentro das Emancipadas: o Cozinha Delas, um restaurante comunitário, onde as mulheres colaboradoras são responsáveis pela venda de refeições aos funcionários do banco e ao público em geral. O projeto Elas – Emancipadas busca também levar momentos de debates e discussões entre as mulheres sobre questões como práticas de economia solidária, consumo consciente, valorização da vida comunitária, dando voz e ouvidos às dificuldades e conquistas das mulheres (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019b).

Acompanhando as transformações no campo das inovações tecnológicas, o Banco Palmas passou a adotar o uso da moeda social digital, criando um sistema eletrônico próprio de moeda social, o E-dinheiro, que instituiu o conceito de banco comunitário digital, ou seja, não existem agências físicas, é necessário apenas o uso de um aplicativo de celular para realizar as transações usando a moeda Palmas (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019c).

Um dos projetos de maior destaque nascidos no Instituto Banco Palmas é o Laboratório de Inovação e Pesquisa em Finanças Solidárias (PalmasLab). O PalmasLab é uma

iniciativa com o objetivo de potencializar as finanças solidárias através do uso da tecnologia de forma a contribuir com sua criação, desenvolvimento e disseminação (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019a).

Dessa forma, o PalmasLab busca levar capacitação em tecnologia da informação e realizar pesquisas e projetos a partir das demandas da comunidade para a juventude da periferia de Fortaleza (PALMASLAB, 2019a).

O laboratório conta com parcerias técnicas, como da *Columbia University*, colaborando com o planejamento técnico através da troca de experiências entre os estudantes e desenvolvedores do projeto, e parceiros financiadores, como a *Halloran Philanthropies* e BNDES. Dentro do laboratório surgiram grupos de projetos, como o “Programanas”, um coletivo de jovens mulheres que trabalham na área da tecnologia da informação desenvolvendo atividades educacionais com o intuito de promover as mulheres nessa área ainda dominada por homens, através da pesquisa, desenvolvimento e implementação de aplicativos de caráter social (PALMASLAB, 2019b).

Devido às várias ações já implementadas, o Instituto Banco Palmas juntamente com o PalmasLab receberam alguns reconhecimentos e premiações: em 2013, foi considerado pela plataforma NEXSO - Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - uma das “Três soluções mais inovadoras da América Latina e Caribe”; também, no mesmo ano, participou do Painel I do Seminário promovido pela organização Social Good Brasil abordando sobre os casos de inovação social encontrados nas periferias brasileiras (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019d). Em 2018, o Banco Palmas e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários promoveram na cidade de Fortaleza (CE) o primeiro Encontro Global de Bancos Solidários: Encontro Solidários 2018. O objetivo do evento inédito era mobilizar gestores públicos, empresas, acadêmicos, organizações sociais e instituições financeiras a trocar experiências e aprendizados sobre os vários modelos de bancos comunitários de desenvolvimento e tecnologias sociais espalhados pelo mundo, a fim de criar estratégias para o desenvolvimento social e econômico em territórios de baixa renda (SOLIDÁRIOS, 2019).

Com a crescente expansão da metodologia de bancos comunitários de desenvolvimento, o Banco Palmas firmou parceria com a prefeitura de Fortaleza, empresas e membros da sociedade civil para criar o Bodegão da Solidariedade, conhecido também como

O Bodegão. A loja solidária funciona como um centro de comercialização de bens produzidos localmente, como mel, óleo de coco, castanhas, dentre outros, além de produtos doados, como roupas, calçados e artigos em geral, que são comercializados a preços populares. Assim, busca valorizar a produção coletiva e trazer melhoria de renda para os produtores locais. Cabe ressaltar que a verba arrecadada pela loja é investida na formação social e política da comunidade (FBES, 2016).

Para Bataglin (2017), o caráter inovador do Banco Palmas está “na dinâmica desenvolvida entre produtores e consumidores locais (nomeada de Prosumatores Solidários) e na emissão e circulação da moeda social Palmas. O banco “surgiu dentro do conceito de solidariedade, buscando propositalmente um modo de produção alternativo ao capitalismo” (BATAGLIN, 2017). Dessa forma, a iniciativa se tornou relevante por promover a melhoria da qualidade de vida dos moradores e parâmetro de empreendedorismo social para outras comunidades.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta seção tem por objetivo apresentar a metodologia utilizada neste trabalho, visando atender ao objetivo geral e aos objetivos específicos propostos inicialmente, a partir dos seguintes aspectos: tipologia, coleta de dados e análise de dados.

5.1 Tipologia

A investigação é de natureza qualitativa, dada a característica do objeto estudado, a fim de compreender a relação entre o objeto de estudo e o seu contexto de inserção (CORBIN; STRAUSS, 1990). Segundo Triviños (1987) a abordagem qualitativa busca a essência do fenômeno, desde sua origem, passando pelas mudanças e consequências.

No que se refere aos fins, a pesquisa é descritiva. De acordo com Gil (2012) a pesquisa descritiva busca estudar as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis, procurando interpretá-las. Quanto aos meios, essa pesquisa fez uso de levantamento bibliográfico, documental e de campo.

Além disso, adotou-se como estratégia de pesquisa o estudo de caso único. Conforme Yin (2010), a opção pelo estudo de caso único é justificada quando o caso abordado é revelador a respeito do fenômeno que está sendo situado, entre outras condições. Tal estratégia trata-se de uma investigação empírica a fim de conhecer um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, para que se defina melhor as relações entre o contexto em que está inserido e o caso (YIN, 2010). Vale ressaltar que o modelo para estudo de inovação social desenvolvido por Tardif e Harrisson (2005) originou-se da realização de uma série de estudos de casos investigados pelo CRISES.

Dessa forma, a fim de investigar um caso empírico em uma localização com grande demanda por mudanças sociais e que permitissem serem nelas verificadas o processo de inovação social, foi realizado um estudo de caso único no banco de desenvolvimento comunitário Banco Palmas, localizado na comunidade do Conjunto Palmeiras, periferia da cidade de Fortaleza (CE).

5.2 Coleta de dados

A inovação social é um processo de aprendizagem coletiva, já que sua concepção é baseada no potencial dos indivíduos e dos grupos que se relacionam e cooperam entre si

(BIGNETTI, 2011). Nessa perspectiva, a relação entre os participantes dá-se pela interação entre os desenvolvedores e os beneficiários. Conforme Moreira (2017), no processo de criação e implantação da inovação social, o usuário não é somente um beneficiário, mas também é visto como um participante ativo do processo.

Nesse estudo, as técnicas de coleta de dados adotadas em campo foram pesquisa documental, técnica de observação direta e entrevista semiestruturada. No que diz respeito à pesquisa documental, Yin (2010) afirma que esse tipo de informação busca dar respaldo e valorizar evidências coletadas por meio de outras fontes. No caso estudado, foram analisados materiais disponíveis no site da organização na internet, matérias online, redes sociais para divulgação dos projetos, além de vídeos, fotografias e trabalhos acadêmicos realizados anteriormente sobre o Banco Palmas.

A técnica de observação direta tem como principal vantagem em relação as outras técnicas utilizadas que os fatos são percebidos diretamente pelo pesquisador, sem qualquer intermediação, amenizando os efeitos da subjetividade presente nas investigações sociais (GIL, 2012). Assim, para haver uma contextualização e melhor entendimento do problema estudado, foram realizadas visitas às instalações do Banco Palmas (ANEXO A), a fim de observar a realização das atividades cotidianas dos atores, passando por conversas informais com funcionários da organização.

No caso da entrevista, os roteiros das entrevistas (Apêndices A e B) foram preparados com uso da teoria principal proposta pelo trabalho de Tardif e Harrisson (2005), conectando-se aos cinco objetivos específicos propostos neste trabalho. Foi utilizado um roteiro específico para cada grupo de sujeitos pesquisados, os desenvolvedores e os beneficiários. Além da base teórica principal utilizada nesse trabalho, o roteiro foi inspirado nos instrumentos de coleta de um trabalho de dissertação anterior, de Moreira (2017).

Os sujeitos desta pesquisa foram agrupados nas seguintes categorias: desenvolvedores, responsáveis pela condução do Banco Palmas e os beneficiários, que são os participantes ativos e usuários diretos das ações.

Os desenvolvedores do Banco Palmas foram identificados como sendo o fundador da organização e coordenador do banco e uma líder comunitária do bairro e responsável pelo projeto Elas –Emancipadas (ANEXO B). O grupo dos beneficiários é composto por integrantes dos projetos PalmasLab, Elas - Emancipadas e pela loja solidária O Bodegão (ANEXO C). Os

projetos desenvolvidos pelo Banco Palmas têm um caráter de interação e colaboração, que visa se comprometer não só com atividades econômicas, mas também não econômicas, relacionadas com o empoderamento dos moradores da comunidade. Assim, os projetos criados pelo Banco são direcionados para ajudar no enfrentamento das reais necessidades de seus usuários como por exemplo, o PalmasLab, que busca, através da juventude, contribuir na criação, desenvolvimento e/ou alavancagem de experiências de finanças solidárias através de soluções em tecnologia da informação (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019a). O projeto Elas - Emancipadas possui ações de promoção, formação e orientação para as mulheres do Conjunto Palmeiras e arredores, com o objetivo de promover inclusão socioproductiva, financeira e bancária dessas mulheres (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019b). Já a loja solidária O Bodegão é um espaço de comercialização de confecções produzidas localmente buscando valorizar a produção coletiva e melhorar a renda dos envolvidos (FBES, 2016).

Foram entrevistados 2 sujeitos do grupo de desenvolvedores e 3 sujeitos do grupo de beneficiários, no total de 5 atores. O quadro 3 apresenta informações sobre o perfil dos sujeitos entrevistados.

Quadro 3 – Perfil dos sujeitos entrevistados

Grupo	Código	Relação com o Banco Palmas	Sexo	Idade	Escolaridade
Beneficiários	B1	PalmasLab	F	20	Superior incompleto
	B2	Elas - Emancipadas	F	49	Ensino médio
	B3	O Bodegão	F	42	Ensino médio
Desenvolvedores	D1	Coordenador de projetos	M	56	Superior completo
	D2	Líder comunitária e Elas – Emancipadas	F	36	Superior incompleto

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

5.3 Análise de dados

Para análise dos dados, foi utilizado o método da análise de conteúdo que consiste em técnicas de análise das comunicações, para inferir conhecimentos e compreender o que está relacionado às mensagens (BARDIN, 2016). Assim, a análise dos resultados foi estruturada de acordo com as dimensões da inovação social, onde cada uma das cinco dimensões constituirá uma categoria de análise.

Em relação às entrevistas, estas foram gravadas – com duração total de 4 horas 40 minutos e 7 segundos - e posteriormente transcritas para editor de texto, a fim de operacionalizar a etapa de análise de conteúdo.

A análise dos dados foi realizada, como define Bardin (2016), através da análise de conteúdo nas suas três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Assim, puderam ser inferidos conhecimentos e relações entre variáveis a partir da descrição do conteúdo levantado em campo. Para isso, foi utilizado o *software* de pesquisa e análise de dados qualitativos **Atlas.ti versão 7.5.18**. O programa promove a análise mais sistemática de dados qualitativos, sendo, portanto, utilizado para organizar e categorizar as entrevistas transcritas, permitindo sua conexão com as dimensões e os demais elementos propostos pelo modelo de Tardif e Harrisson (2005), conforme mostrado no Quadro 4, facilitando as ligações com os dados colhidos.

Quadro 4 – Categorias e subcategorias de análise

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro
Transformações	Contexto micro/macro	Crise
		Ruptura
		Descontinuidades
		Modificações estruturais
	Transformações econômicas	Emergência
		Reconversão
		Ajustamento
		Relações de trabalho/produção/consumo
	Transformações sociais	Recomposição
		Reconstrução
		Exclusão/marginalização
		Prática
		Mudança
		Relações sociais/de gênero
	Caráter Inovador	Modelo
De desenvolvimento		
De Quebec		
De governança		
Economia		Do saber/conhecimento
		Mista
		Social
Ação social		Tentativas/experimentos
		Políticas (públicas)/programas (públicas)
		Arranjos institucionais
	Regulação social	
Inovação	Escala	Local
	Tipos	Técnica
		Sociotécnica
		Social
		Organizacional
		Institucional
	Finalidade	Bem comum
		Interesse geral

		Interesse coletivo
		Cooperação
Atores	Sociais	Movimentos cooperativos/comunitários/associativos
		Sociedade civil
		Sindicatos
	Organizacionais	Empresas
		Organizações da economia social
		Organizações coletivas
		Destinatários
	Institucionais	Estado
		Identidade
		Valores/normas
	Intermediários	Comitês
		Redes sociais/de alianças/de inovação
Processos	Modo de coordenação	Avaliação
		Participação
		Mobilização
		Aprendizagem
	Meios	Parcerias
		Concertação
		Integração
		Negociação
		Empoderamento
		Difusão
	Restrições	Complexidade
		Incerteza
		Resistência
		Tensões
		Compromissos
		Rigidez institucional

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os dados coletados decorrentes da pesquisa documental, da transcrição das entrevistas realizadas e da observação dos fatos cotidianos do Conjunto Palmeiras vivenciados através do contexto do Banco Palmas e com o uso do *software Atlas.ti versão 7.5.18*, dão suporte às categorias e subcategorias identificadas para alcance dos objetivos propostos pelo trabalho.

6 ANÁLISE DAS DIMENSÕES DA INOVAÇÃO SOCIAL NO BANCO PALMAS

Nesta seção são apresentados os resultados da análise do caso estudado, conforme a abordagem teórica dos elementos das dimensões da inovação social apresentadas pelo modelo de Tardif e Harrisson (2005). Assim, as subseções seguintes conterão a análise e discussão dos dados apanhados em pesquisa de campo, onde cada subseção faz a observação dos dados referentes a cada um dos cinco objetivos específicos propostos neste trabalho, conforme abordagem na seção 3 (Quadro 2). Os resultados são, portanto, apresentados de acordo com as dimensões de análise: “Transformações”; “Caráter Inovador”; “Inovação”; “Atores” e “Processos”.

6.1 Dimensão “Transformações”

Esta subseção traz à tona a avaliação dos elementos da dimensão “Transformações” no contexto do Banco Palmas. As categorias de análise detalhadas são: contexto macro e micro, transformações sociais e econômicas. Conforme Tardif e Harrisson (2005), a dimensão “Transformações” busca analisar o contexto em que a inovação social é desenvolvida, seja econômico seja social ou cultural, observando aspectos relacionados a crises, rupturas, descontinuidades, que levam a modificações estruturais, isto é, que impulsionam o surgimento da inovação, sendo importante, portanto, observar os aspectos macro e micro da comunidade à época de sua constituição.

A cidade de Fortaleza, a partir da segunda metade do século XX, apresentou um acelerado crescimento populacional caracterizado pelo processo de urbanização desigual e conduzido, em aspectos econômicos, pela crescente da indústria da construção civil e pela especulação imobiliária (SALVADOR; GRANJEIRO; 2014). Este processo de reconfiguração da cidade levou a profundas transformações e marcas na organização das estruturas econômicas e sociais locais.

Iniciou-se em Fortaleza, na década de 70, um processo de modernização visando atender as necessidades da industrialização (LIMA, 2013) e valorização das zonas de praia para fins de habitação, lazer e veraneio (DANTAS, 2011). Referindo-se a esse movimento na estrutura urbana da cidade e a sua inicialização como futura metrópole, Dantas (2011) afirma:

A criação da cidade moderna justifica-se na constituição de uma periferia que se contrapõe ao Centro. O Centro especializa-se, cada vez mais, em lugar do poder, do comércio e de concentração de serviços diversos e também como lugar de encontro das populações abastadas. A periferia se transforma concomitantemente em lugar de

habitação, de lazer e de veraneio das classes abastadas e lócus de habitação e trabalho dos pobres (DANTAS, 2011, p. 45).

Assim, foram executados planos de remoção com o objetivo de afastar as populações mais pobres das áreas centrais de Fortaleza para que fossem ocupadas pela indústria, comércio e moradia de pessoas da classe média e alta da época, visando o potencial econômico da região. Logo, o perfil da zona litorânea transformou-se, passando de uma área com pouco interesse econômico e social para uma área procurada e com um setor imobiliário em crescimento.

No entanto, o planejamento urbano em Fortaleza ficou pautado em seu crescimento populacional e econômico ao passo que não progrediu da mesma maneira na observação dos problemas sociais, que se intensificaram. Não houve um número suficiente de políticas sociais que questionassem e tratassem sobre desigualdade socioeconômica - especialmente o aumento das periferias - e sobre o mercado imobiliário especulativo, levando a um padrão de modernização incompleto e excludente (LIMA, 2003).

Dessa forma, observou-se a consolidação da ação de expulsão dos antigos moradores da zona litorânea de Fortaleza, como pescadores, pequenos produtores e outras comunidades pobres, para áreas distantes, proporcionando àquela população condições de vida bem diferentes das que viviam (LIMA, 2003).

Uma das ações direcionadas para a população acometida com tais transtornos urbanísticos foi o Programa Integrado de Desfavelamento, que tinha o objetivo de proporcionar habitação e elevar o nível de renda dos que haviam sido transferidos de suas moradias de origem (LIMA, 2003). No entanto, com a retirada das comunidades do litoral, o que ocorreu foi uma maior segregação e exclusão de tais populações, visto que a realidade dos novos espaços mostravam-se em péssimas condições para moradia, tornando-se uma preocupação tanto de cunho econômico quanto propriamente social.

É nesse contexto de expansão econômica da área litorânea da capital que, em 1973, a prefeitura municipal realizou o remanejamento das populações para as áreas periféricas da capital (COSTA, 2010). Nesse processo, a população transferida era composta por aproximadamente 1.500 famílias, as quais vinham das mais variadas regiões da costa fortalezense, como Lagamar, Aldeota, Poço das Dragas, Arraial Moura Brasil, dentre outras (COSTA, 2010). Dentre essas famílias, haviam as que viriam a se tornar o Conjunto Palmeiras.

Assim, a década de 70 foi caracterizada pela mudança de paradigma social, físico e econômico da cidade de Fortaleza, onde, predominando a carência de planejamento urbano e social, famílias de pescadores e outras comunidades foram retiradas de suas origens para dar lugar a construção de prédios, abertura de avenidas e crescimento turístico e comercial na zona litorânea. Segundo Costa (2010), a população foi colocada em terrenos sem a devida preparação, isto é, que haviam sido desapropriados e loteados pela prefeitura municipal. Como consequência das condições apresentadas no início e pela falta de acesso a serviços públicos básicos, logo em seguida, o espaço tornou-se uma grande favela:

Essa condição política tornou ainda mais desumano e brutal o processo de despejo dessas pessoas que, segundo descrito por muitos moradores, foi feito com caçambas, nas quais todas as coisas dos moradores eram jogadas e despejadas no Palmeiras, que era só lama e mato. Os lotes foram demarcados e vendidos para as famílias despejadas. A prefeitura forneceu o material necessário para as famílias construírem um cômodo, o que deveria ser realizado em 30 dias, ou perderiam esse “benefício” e o terreno comprado. O Conjunto Palmeiras não tinha água, saneamento, energia elétrica, meio de transporte ou qualquer outro tipo de serviço público (COSTA, 2010, p. 254).

Caracterizado pelos habitantes do Conjunto Palmeiras como “habitar o inabitável” a situação em que encontravam-se, a partir da sua chegada em 1973 e sucedendo pelas décadas de 80 e 90, os moradores organizaram-se a fim de encontrar soluções para a melhoria da “nova casa”, reivindicando uma estrutura mínima de sobrevivência, como acesso a saúde, água tratada e energia elétrica (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2008). Assim, organizaram-se em mutirões, o que culminou na criação da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), com sua primeira sede na residência de líderes comunitários, muitas vezes, feitas de papelão, conforme relato do entrevistado D1 (2019), Joaquim de Melo, um dos principais líderes do bairro, idealizador e coordenador do Banco Palmas:

O Palmeiras foi uma grande favela, uma das mais brutais favelas que teve em Fortaleza. Em 73 nós viemos da Beira-mar, nossa história começa aí, ao criar a especulação imobiliária em Fortaleza pra criar ali a Beira-mar, trouxeram os moradores pra cá e os moradores ficaram aqui durante anos morando em casas de taipa, papelão (D1, 2019).

No entanto, cabe ressaltar ainda que a cidade de Fortaleza na década de 1990 estava no contexto do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que apresentava-se a favor de reformas liberais conservadoras, impostas aos países periféricos através do Consenso de Washington e que privilegiavam a política econômica em detrimento da política social, o que acabou por estimular o desemprego e a informalidade no mercado de trabalho (VAZQUEZ *et. al.*, 2004). Assim, o reflexo do contexto econômico do país chegava às comunidades periféricas de Fortaleza. Ainda, o distanciamento dessas comunidades, compostas por muitos trabalhadores

assalariados, das áreas centrais da cidade passou a afetar de forma significativa a concentração de renda e contribuiu para a crise de emprego da época. Sobre esse contexto de crise do sistema socioespacial e econômico de Fortaleza, na segunda metade do século XX, o entrevistado D1 (2019) relata que a população removida se viu em estado de exclusão e marginalização por parte do Poder Público:

Era aquela crise, aquela tragédia econômica de qualquer periferia, principalmente uma periferia como a nossa que tinha tido um processo de expulsão. 80% das pessoas com primeiro grau incompleto, a grande maioria também, 70%, com o nome negativado, as pessoas que poderiam trabalhar tão no SPC, SERASA, CADIN, endividados com todo tipo de gente, sem nenhuma oportunidade de emprego local porque não tinham indústrias, comércio era muito fraco, todo mundo comprava as coisas fora do bairro, enfim. Então era um ambiente muito desfavorável pra qualquer solução de renda (D1, 2019).

Tardif e Harrisson (2005), nessa perspectiva de transformações, afirmam que as modificações estruturais afetam organizações, territórios, dentre outros, levando a um contexto de crise geral. A contestação do papel do Poder Público, o aparecimento de novas demandas e necessidades sociais e econômicas não satisfeitas, o aumento da desigualdade socioeconômica, o desemprego estrutural e a necessidade de reestruturar o modelo de desenvolvimento corrente são visualizadas no contexto de construção do bairro. Nesse sentido, devido a tamanha pobreza em que estavam inseridos, os moradores do bairro passaram, então, a lidar intensamente com as reivindicações para melhoria do Conjunto Palmeiras, construindo creches comunitárias, escolas comunitárias, postos comunitários, dentre outros.

Esse processo significou uma mudança social iniciada com a construção de uma estrutura mínima de sobrevivência e levou o bairro a realizar muitas conquistas, fazendo-o avançar para novas práticas de relações sociais através do surgimento de outras organizações populares, que se uniram para apontar soluções para os problemas observados pela população do bairro. Nesse sentido, uma das líderes comunitárias do Conjunto Palmeiras, a entrevistada D2 (2019) afirma:

Foi sempre muito impactante essa questão do social deles [antigos moradores], como foi que eles se organizaram, uns eram da igreja, outros da macumba, outros eram espíritas, mas foi em prol de uma coisa maior, de um bem comum maior, que era a casa, porque o terreno foi demarcado pela prefeitura, mas era habitação, não era moradia, não necessitava só da casa, era a habitação. Porque foi o que foi prometido pra eles e não foi cumprido pelo Poder Público: “você vão morar num lugar habitado, que tem isso e isso”, e quando eles foram jogados aqui não tinha nada, era só lama e lixo.

Ao longo das décadas de 80 e 90, foram sendo criados, a partir da mobilização da comunidade, projetos como jornal comunitário, programas de rádio e manifestações teatrais (COSTA, 2010). O entrevistado D1 (2019) acrescenta:

A funerária comunitária na época era muito forte, tinha o trabalho dos padres também, muito na área de assistência de remédios, o Centro de Nutrição do Conjunto Palmeiras, fizemos um trabalho belíssimo com os desnutridos, com alimentação alternativa, então, a gente organizava essas lutas, surgiu bem antes do Banco.

Tais ações proporcionaram a reconstrução da identidade do bairro, conscientizando, através da sua história de luta, ainda mais o moradores a se engajarem nas mobilizações do bairro, a fim de dar caminhos para a solução das necessidades não satisfeitas encontradas naquela população:

Na questão social, eles nunca tiveram essa questão do envolvimento, do engajamento, eles tiveram por conta da necessidade: “Ou a gente se junta, se organiza, vai batalhar, vai arregaçar as mangas com um único objetivo ou todo mundo vai morrer na lama e no lixo”, porque só o que tinha era lama e lixo aqui. O que mais me admira, o que mais eu tenho orgulho de morar aqui é essa organização que eles tiveram e é isso que eles passam pra gente. Tudo o que tem hoje no Conjunto Palmeiras é luta, tudo pelos moradores, tudo (D2, 2019).

Sen (2010) afirma que a realidade social de uma comunidade pode englobar uma pobreza que está além dos aspectos financeiros, ou seja, a exclusão e carência das capacidades social, cultural, política e, claro, econômica. Nesse sentido, o Conjunto Palmeiras ainda era um bairro da periferia de Fortaleza que, mais como uma estratégia de sobrevivência, passou a empenhar-se pela melhoria de vida das suas famílias, mas que também continuava a sofrer com a falta de foco de políticas públicas voltadas para o social e inconsistência do Poder Público nas esferas municipal e estadual e, ainda, devido a situação macroeconômica em que o país se encontrava no final de década de 90, resultado da sobrevalorização da taxa de câmbio e de déficits públicos crescentes, recaindo sobre os mais pobres, com a diminuição dos postos de trabalho e de renda (ROCHA, 2000).

Então, motivados pelo contexto de marginalização, com acentuada pobreza econômica, muitas famílias passaram a vender as casas que haviam construído e sair do bairro para morar em outras comunidades, conforme relato do entrevistado D1 (2019):

Era um estado de pobreza, muita pobreza econômica, muita fome, muita gente indo embora do bairro, o que era contraditório, a gente passou vários anos construindo o bairro fisicamente e agora não podia mais morar no bairro que a gente viu que tinha construído. Isso é uma coisa que acontece muito com as favelas que se urbanizam, elas melhoram o aspecto urbano, físico, mas se a renda não melhora, no primeiro problema ali que a família tem: uma mulher que quer fazer uma cirurgia, o filho foi preso precisa pagar um advogado e tal, o único bem que ela tem é a casa, então

qualquer oferta que tiver ela vende. O processo de especulação imobiliária não somente acontece nos bairros ricos, acontece também nos bairros pobres, né.

De acordo com o entrevistado D1 (2019), o conjunto de lutas sociais do bairro, desde o seu processo de expulsão do litoral até a composição física e social do bairro, levaram a novas práticas de relações de trabalho, produção e consumo, que foi a criação de um banco comunitário e de uma moeda social: o Banco Palmas e a moeda Palmas, buscando uma solução alternativa para gerar renda e emprego à comunidade. O desemprego e a renda, portanto, foram os grandes motivadores do surgimento de um banco comunitário de desenvolvimento no bairro, já que “tinha resolvido o problema maior dos aspectos, digamos, urbanos, mas as pessoas eram, em sua maioria, desempregadas, o comércio local não empregava ninguém, o grande desafio era ter uma solução de geração de renda local pra que as pessoas pudessem morar e continuar vivendo no bairro” (D1, 2019).

Foi então que surgiu o Banco Palmas, em 1998, como um projeto local para gerar trabalho e renda para os moradores. A partir de 1997, foram realizadas inúmeras assembleias e diálogos entre os moradores pensando qual seria o projeto a ser implementado e que acabou resultando nesse modelo de projeto que, nas palavras do idealizador e coordenador do Banco Palmas, o entrevistado D1 (2019): “era uma coisa muito simples, era estimular que as pessoas pudessem produzir e consumir aqui umas das outras e daí veio o nome, foi batizado com Banco Palmas, em homenagem às palmeiras do bairro Palmeiras” (D1, 2019), e acrescenta:

Essa foi toda a sabedoria, toda a filosofia econômica do Banco Palmas, foi a grande inovação do Banco, foi a sacada de que a solução tá endógena, tá aqui. A pergunta que originou o Banco Palmas era “Porque nós somos pobres?”, era a grande pergunta que até hoje é a base filosófica da nossa rede de bancos comunitários, quando alguém nos perguntava porque nós somos pobres, a primeira resposta que vem é porque a gente não tem dinheiro. A resposta era tão simples que não podia ser verdadeira.

Portanto, dentro de um contexto de ruptura causada pela manobra de remanejamento de comunidades pobres da cidade de Fortaleza e ausência do Poder Público em relação aos seus deveres sociais, provocou modificações estruturais, através do aumento das desigualdades socioeconômicas. De acordo com estudo realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza (SDE) em 2014, que propôs analisar a situação de desenvolvimento humano nos bairros de Fortaleza, o Conjunto Palmeiras ocupa a última posição entre os bairros da capital em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com 0,119 (SDE, 2014).

As lutas, portanto, foram sendo motivadas pela ideia de conquistar um espaço próprio e habitado, com uma comunidade que se organizou para construir um bairro, como forma de reconstruir sua própria identidade, através do empoderamento econômico e social.

A criação do Banco Palmas foi um projeto sem precedentes no Brasil. Como o primeiro banco comunitário de desenvolvimento do país, “foi o criador da rede de bancos comunitários, e essa metodologia ainda é muito nossa hoje, ainda é muito própria, de estimular no mesmo local, simultaneamente, produção e consumo” (D1, 2019).

Assim, nem no próprio bairro existiram tentativas semelhantes anteriores a esta, com o objetivo de geração de renda. Uma experiência totalmente coletiva e empreendedora, com impacto nas transformações sociais e econômicas na população local, apresentando novas práticas de consumo e produção pautadas no coletivo e com o objetivo de desenvolver o Conjunto Palmeiras e trazer oportunidades para quem fazia parte da exclusão e marginalização.

6.2 Dimensão “Caráter Inovador”

A subseção a seguir busca atender a avaliação dos elementos da dimensão “Caráter Inovador” no contexto do Banco Palmas. As categorias de análise detalhadas são: ação social, modelo e economia. De acordo com a classificação de Tardif e Harrisson (2005), na dimensão “Caráter Inovador” aborda que a inovação social decorre das consequentes soluções, descritas como uma novidade no ambiente em que surgem, através da apresentação de novos modelos, novos arranjos institucionais e novas formas de regulação social.

Dada a problemática apresentada, ou seja, o reconhecimento de que existiam demandas e necessidades não satisfeitas localmente - gerar emprego e renda, promover o desenvolvimento da bairro e melhorar a condição de vida dos moradores - partiu-se, então, para a condução de como implementar ações e formular novas soluções para as dificuldades encontradas, no sentido de apresentar seu caráter inovador (TARDIF; HARRISSON, 2005). No entanto, para implementação das novas soluções são necessários novos arranjos institucionais e novas regras sociais para que, junto ao fator novidade, possa se apresentar como uma inovação social (TARDIF; HARRISSON, 2005; CLOUTIER, 2003).

A população do Conjunto Palmeiras, segundo o entrevistado D1 (2019), reconhecia suas dificuldades, porém, a conscientização de qual passo deveria ser dado para tirá-los daquela situação foi construído através de muitos diálogos promovidos, principalmente, pela

ASMOCONP, que reuniam produtores, comerciantes e moradores em geral: “Nós éramos uma associação de moradores que tinha acabado de fazer um processo de mutirão comunitário, que inventou de fazer um banco sem a menor noção do que é um banco, imagina, naquela época, 20 anos atrás, nós éramos líderes comunitários, entendia nada de economia” (D1, 2019).

Como relata o entrevistado D1 (2019), essas reuniões eram feitas de uma forma que a comunidade pudesse entender o problema e debater soluções com os líderes comunitários:

Uma coisa que ajudou muito foi uma dinâmica do “Balde furado”. A gente pegava um balde, aí tinham os furos embaixo e umas rolhas e tinham umas bolinhas de isopor que a gente fazia e nas reuniões a gente perguntava pro pessoal assim: ‘Gente, a gente é pobre ou é rico?’ ‘É pobre, tio, é miserável, tudo lascado!’, ‘Beleza, aqui [no bairro] tem dinheiro?’ ‘Tem não!’. Aí a gente perguntava: ‘Tem algum aposentado?’ ‘Tem!’, aí a gente escrevia na bolinha: Aposentado. ‘E o aposentado ganha dinheiro?’ ‘Ganha!’, a gente botava bolinha no balde, ‘Aqui tem esmoleu?’ ‘Tem!’, aí botava: Esmola, ‘E ganha dinheiro?’ ‘Ganha!’, então pegava a bolinha de isopor botava no balde.

No decorrer da dinâmica, o entrevistado D1(2019) explica que quem recebia algum tipo de rendimento, não importando de onde viesse - esmolas, trabalho informal, aposentadoria, dentre outros - era considerado na dinâmica e a bolinha de isopor era colocada dentro do balde, representando seu rendimento. Ao final, o balde estava completamente cheio, significando que a pobreza do bairro não vinha pela falta de renda, conforme narra D1 (2019):

Até hoje, pra explicar o Banco, a gente brinca disso, a gente pegava uma pessoa e dizia assim: ‘Você já tomou banho hoje?’, aí todo mundo: ‘Já!’ ou ‘Não!’, e dizíamos: ‘E tu comprou que sabonete?’, ‘Palmolive, Lux’, essas marcas mais comuns, ‘E quando a água cai na cabeça dela pra onde que foi o dinheiro?’, ‘Pro ralo!’, ‘Não... foi pro dono do sabonete, que ela comprou o sabonete, então foi pro dono do sabonete’, ‘E onde é que comprou o sabonete?!’, ‘Lá fora!’. Lá no supermercado num sei dá onde e a marca também era, aí eu tirava uma rolha do balde, aí caía uma bolinha, eu perguntava: “Onde é que você cortou o cabelo?”, ‘Fora do bairro’, todo mundo que ia comprar alguma coisa fora do bairro, tirava uma rolha e a bolinha caía, quando dava 5 minutos o balde tava todo seco, aí o povo entendeu que o problema é que não era que não tinha dinheiro, era que a gente gastava o dinheiro fora, não aqui.

Dessa forma, os moradores compreenderam e buscaram uma solução inédita para aquele contexto, resultando numa dinâmica de produção e consumo local em que a população era a principal promotora do desenvolvimento, sendo um processo que envolve toda a comunidade:

Se você me perguntar onde foi xeque-mate, onde é que fechou essa conta, porque a gente já sabia que o negócio era deixar o dinheiro ficar aqui, mas como é que ia fazer isso? Numa das reuniões, uma senhora bem velinha, ela até já morreu, disse: ‘E porque que a gente não cria um cartão que nem esses ‘cartão’ por aí, só que só fica rodando aqui?’. Essa mulher descobriu a cereja do bolo: nós criamos o nosso cartão de crédito aqui (D1, 2019).

O uso do primeiro produto do Banco Palmas, o PalmaCard, que era um cartão feito de papel, por comerciantes e consumidores foi uma das primeiras tentativas de funcionamento do Banco Palmas e que gerou êxito: “quando a gente inaugurou [o banco] tinha uma linha de crédito pra quem quisesse produzir, até peixeiro, costureiro... e o PalmaCard, 20 ‘conto’ era o limite de crédito” (D1, 2019). A entrevistada D2 (2019) explica que a população, apesar de em sua maioria apoiar a ideia de construir um sistema produtivo local, tinha uma certa dificuldade em entender as funções de uma moeda social própria e assimilar como o projeto era, na verdade, composto de um encadeamento de princípios e processos que abrangeriam o econômico e o social:

O povo achava que não ia dar certo, né, teve essa reação: ‘Como é que pode um Banco de periferia?’. Era difícil explicar um banco diferente de um banco capitalista, era complicado porque as pessoas na época, até minha mãe dizia, que não ia dar certo, que não ia ter sustentabilidade, só que aí o banco teve outros caminhos, né, na questão do trabalho social, da sensibilização das pessoas, da educação e dos convênios também pra você pagar a suas contas, água e luz. Aí começou vir muitas coisas pro bairro, muitos convênios, muitas pessoas querendo ajudar o bairro, a desenvolver o bairro e aí tudo ficava dentro bairro (D2, 2019).

Nesse sentido, D1 (2019) completa: “imagina pra lançar esse cartão?! Pra explicar pras pessoas, a confusão que não era pros comerciantes, mas a gente era muito feliz no meio da desgraça”. O entrevistado completa que a utilização do PalmaCard durou aproximadamente 2 anos, se tornando um instrumento “inconveniente” para o banco e também para os comerciantes devido às dificuldades com a checagem dos cartões mensalmente pelo banco, sendo substituído pela moeda Palmas, além de a moeda social circular com mais velocidade que o PalmaCard. Porém, o cartão não foi totalmente restringido pelo banco, pois muitos moradores já haviam se acostumado com aquela maneira de comercializar. O banco, então, resolveu retirar o cartão de forma gradativa ao mesmo tempo que injetava a moeda Palmas na economia do Conjunto Palmeiras.

O banco comunitário é um serviço financeiro e solidário, de natureza associativa e comunitária, voltado para reorganização de uma economia local, a fim de gerar trabalho e renda (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010). Nesse aspecto, novos arranjos institucionais passaram a ser estabelecidos, visto que a ideia de criar um banco comunitário apoiava-se nas premissas da solidariedade, que vão desde as trocas comerciais - a partir da experimentação dos produtos do Banco Palmas, PalmaCard, moeda Palmas e, posteriormente, a moeda social eletrônica E-dinheiro - às ideias de reciprocidade, demonstrando nos moradores uma ampliação da capacidade sócio-política (MOULAERT *et. al.*, 2005).

A ideia de criação de um banco comunitário e de uma moeda local partiu de pessoas que moravam no bairro, a maioria com ensino fundamental, e pelos líderes comunitários, mas que viviam e conheciam quais eram as necessidades da comunidade. Assim, como mais um diferencial, a inovação do Banco Palmas, para o entrevistado D1 (2019), foi encontrar um modelo que se encaixasse às reais demandas da população, população essa que tinha um grande potencial de engajamento, desde sua fundação, através de sua história de reconstrução em busca de uma melhoria de vida. Dada a situação pobreza, era necessário, portanto, criar uma forma em que as pessoas não levassem suas rendas para fora da comunidade, postergando o desenvolvimento econômico e social do bairro:

Essa foi a grande inovação do Palmas, porque sempre que se remete a 1998 todos esses conceitos de economia solidária, moeda social, isso não existia no Brasil, a única coisa que nós tínhamos era duas bases de leitura, as coisas do professor Paul Singer, que era economista, falando das cooperativas, mas era muito mais um modelo europeu, era muito forte as bases da Igreja Católica e muito impactado pelas coisas do Leonardo Boff, que a comunidade é protagonista, que a comunidade pode resolver seus problemas. E o Muhammad Yunus, o banqueiro dos pobres lá de Bangladesh também começava a ser falado, mas muito vagamente (D1, 2019).

No Banco Palmas, tratando de seu aspecto econômico, a moeda social é indexada ao Real, ou seja, a quantidade de Palmas circulando no bairro corresponde à quantidade de Reais que há no Banco Palmas, caracterizando um modo de complementação da moeda nacional. O acesso à moeda Palmas, então, poderia ocorrer de três formas: i) através da troca direta de Reais por Palmas; ii) pelo recebimento de salários e outros pagamentos em Palmas; iii) integrando-se ao sistema de crédito, por meio de empréstimo em Palmas, com juros mais baixos possíveis (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010).

Durante a fase de implementação da inovação, as novas práticas podem ser apoiadas ou limitadas por políticas públicas ou por novos programas (TARDIF; HARRISSON, 2005). Um dos inibidores das práticas da inovação foi “a perseguição sofrida pelo Banco Palmas pelo governo brasileiro durante os sete primeiros anos de funcionamento do banco” (D1, 2019). Do ponto de vista da regulação, o Banco Central, segundo o entrevistado D1 (2019), não compreendia que a comunidade não estava criando um “novo dinheiro”, era um dinheiro complementar:

Um absurdo, né, mas quem mais custou a entender e custou a entender mesmo, não era birra não, porque não tinha nem como brigar, era que eles entendiam que o dinheiro era um dinheiro novo, era fabricação de dinheiro e eles passaram sete anos pra entender que era um dinheiro complementar e que tinha lastro, né, mas o Banco Central sempre foi assim mesmo, não é novidade não (D1, 2019).

Dessa forma, como descreve o entrevistado D1 (2019), a intenção do Banco Central era acabar com as atividades do banco comunitário, exigindo que o Banco Palmas encerrasse as atividades – conseguindo fazer isso por duas vezes – e prender os seus líderes, o que os levou a passar por dois processos judiciais, em 2003 e 2005.

A gente ganhou na justiça, teve o juiz, isso rodou, foi pro Ministério Público, o Ministério Público se pronunciou a favor da gente e o juiz seguiu o Ministério Público, que disse que não via nenhum crime nisso, que essa moeda tinha lastro e era pra desenvolver o bairro, não tinha ninguém ganhando dinheiro com isso (D1, 2019).

Conforme relata o entrevistado D1 (2019), em 2005, o Banco Central passou a reconhecer o banco como uma atividade legal, ou seja, que não representava crime contra o Sistema Financeiro Nacional, chegando-se a um acordo; em 2010, o Banco Central apresentou uma nota técnica reconhecendo a atuação dos bancos comunitários em prol do desenvolvimento econômico e social da comunidade. A relação entre o Banco Central e o Banco Palmas, então, passou a render parcerias com o BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil, dentre outros, levando o banco da comunidade do Conjunto Palmeiras a um reconhecimento e expansão em nível nacional. Por outro lado, tal regulação levou a um controle maior do Banco Central e das outras instituições sobre as atividades do Banco Palmas, com relata a entrevistada D2 (2019):

Infelizmente por conta das políticas, o BNDES ficou mais criterioso aos empréstimos, começou a determinar coisas que não existiam antes: ‘Olha, pro Banco Palmas emprestar dinheiro, tem que ter 6 meses de empreendimento e tem que tá lá bem, jamais vai pegar crédito pra consumo’. Começou também um negócio sobre criar grupo de empréstimo, na visão deles, pra melhorar, na nossa visão, fica complicado porque às vezes eu pego dinheiro pra um empreendimento que não é o mesmo que o seu, então de um tempo pra cá foi dificultando o acesso ao crédito, o acesso ao empréstimo. Também saiu uma lei que a partir da data de vencimento não se paga mais aqui, você tem que ir até ao banco pra poder pagar. Então eles foram afunilando, restringindo essas questões. Pro Conjunto Palmeiras isso é uma coisa negativa, porque acaba querendo que a pessoa daqui saia pra resolver coisas em outro local, é como se fosse um retrocesso.

Com a criação da chamada lei das moedas eletrônicas, o Banco Central passou a exigir que quem optasse pela emissão de moedas sociais deveria fazê-la de modo digital para que houvesse um acompanhamento das fluxos financeiros, visto que a “plataforma digital permite ao Banco Central perceber se existem movimentações suspeitas, assim como desvios, ‘falcatruas’ ou descompensações” (D1, 2019). Assim, o Banco Palmas aproveitou a oportunidade e lançou a sua moeda social eletrônica, o E-dinheiro.

Nós mergulhamos nisso aí, acabamos as moedas de papel, todas as moedas são digitais, hoje a plataforma é digital, chama-se E-dinheiro, e com o serviço digital tem uma série de serviços que a outra [moeda física] não podia ter, como pagamento de boletos... é um aplicativo como se fosse o Banco do Brasil (D1, 2019).

A implementação da moeda digital “foi um estúpido avanço e agora nós temos um marco regulatório dentro de uma lei no país, que é a lei das moedas eletrônicas” (D1, 2019). Ainda segundo o entrevistado D1 (2019), a moeda digital passou a representar uma nova forma, um novo modelo, tendo um papel importante na promoção da inclusão financeira dentro do bairro e que acompanha as mudanças semelhantes ocorridas com a moeda nacional – do papel moeda à plataforma digital - afirmando que o caráter inovador que o Banco Palmas possui é o que o sustenta em momentos de limitação e inibição das políticas: “ a gente tem que buscar inovar cada vez mais pra que isso não morra, que aconteça mais outras coisas, que a gente tenha mais possibilidades, mais condições de dar suporte às famílias do bairro, né” (D2, 2019). As beneficiárias B3 (2019) e B1 (2019) - moradoras do bairro e participantes de projetos do banco – relatam sobre a vivência dessas mudanças:

Tem um monte de mercantil aqui que tá recebendo pelo E-dinheiro, é muito bom, tipo assim, eu tenho um dinheiro aqui depositado, eu vou no mercantil X, eu sei que lá recebe, num preciso andar com dinheiro no bolso, eu já vou lá no meu aplicativo e lá eu sei que tem, aí eu já faço minha compras e fica, e é um benefício pra nós e pra comunidade também, porque em vez de eu comprar lá fora, em outros bairros eu compro no bairro que eu moro, porque eu ajudo eles e eles nos ajudam também (B3, 2019).

Eu peguei mais a parte digital, né, foi quando começou o E-dinheiro, foi no aplicativo e aí é super útil, você consegue pagar conta, colocar crédito, tudo online, tudo ali e concentrado aqui no bairro, né (B1, 2019).

Segundo Tardif e Harrisson (2005), as novas práticas são desenvolvidas por meio, primeiramente, de tentativas e experimentos, que ao longo do tempo tendem a se institucionalizar, gerando novos modelos - de trabalho, de desenvolvimento, de governança e modelo de Quebec. Tal processo, ainda segundo os autores, é baseado no consenso social, através do sentimento de adesão entre os atores, mobilização para captação de recursos e superação das adversidades.

O modelo de governança está focado na colaboração entre a sociedade civil e instituições públicas e privadas e, aliado a isso, o estabelecimento das relações são pautados pela autogestão e cooperação entre os indivíduos (TARDIF; HARRISSON, 2005). Assim, conforme as características dos modelos apresentados por Tardif e Harrisson (2005), o Banco Palmas é considerado um modelo de governança.

A grande participação, o grande controle se dá diariamente pelo fato de ser um banco da comunidade, então qualquer morador a qualquer momento pode entrar e falar com qualquer funcionário, com qualquer diretor porque eles são daqui. O grande barato do banco comunitário é que sua natureza já é comunitária, os funcionários são daqui, eles moram aqui, a participação é direta, não tem um modelo de gestão engavetado, tem mais ou menos as áreas de atuação. Às vezes eu falo isso o pessoal pensa que é uma

baderna, né, todo mundo fala o que quer e tal, não, é um modelo que cada qual tem suas responsabilidades, tem suas funções, mas a comunidade pode interagir sem passar por uma hierarquia, então pra você chegar no gerente não precisa falar com o subgerente e tal (D1, 2019).

O modelo de gestão do banco, então, é considerado inovador pois é pautado na participação e autonomia dos envolvidos nos projetos do banco, sendo que não existem limites de hierarquização rígidos em relação a tomada de decisão e atribuição das funções. Assim, de acordo com D1 (2019), cada departamento tem 100% de autonomia para se reunirem e decidirem sobre as ações, tirando alguma coisa mais excepcional no dia a dia do banco, como por exemplo, o departamento de crédito, que tem liberdade para decidir sobre o fornecimento de crédito à comunidade, assim como no projeto PalmasLab, que decide sobre seus projetos de inovação e tecnologia, o setor responsável pela parte digital e assim por diante. Segundo o entrevistado D1 (2019), isso ocorre pois “a missão institucional e a ciência das responsabilidades da instituição são muito claras e isso facilita o processo de decisão, é muito ágil”.

No que se refere a capacidade de mobilização da fonte e distribuição de recursos, o entrevistado D1 (2019) afirma que o Banco conta com doações e patrocínios de cooperação internacional, representando aproximadamente 30% dos recursos do Banco Palmas, 50% são recursos próprios, a realização dos serviços do banco, captação de empréstimos, correspondente bancário da Caixa, ou seja, as produtos do banco. Por fim, 20% dos recursos provém de palestras, venda de livros, realização de conferências e simpósios.

D1 (2019) acrescenta ainda que o banco possui um fundo social para onde se destinam os recursos conseguidos com tais atividades. No entanto, o banco realiza muito mais atividades as quais dependem da ajuda de doações e patrocínios: “dá cursos, capacitação profissional, atende as mulheres, né, tem várias ações sociais no Banco, a PalmasLab, que é o nosso laboratório de tecnologia, que ele banca também e isso vai variar muito de quantidade de doações, de patrocínios que a gente consegue” (D1, 2019). Além disso, ressalta a autonomia que o Banco possui com sua relação com o Poder Público, dada que a coisa é pública e deve ser trabalhada através de diálogos, não deixando de lado sua capacidade de gestão própria:

Então somos completamente autônomos, não temos nenhuma relação de dependência, nem financeira, com prefeitura, com Governo do Estado, nem com Governo Federal, temos nossas posições políticas, todo mundo tem, mas isso não interfere no dia a dia da tomada de decisão, então dialogo com todo mundo da extrema direita pra extrema esquerda, porque a gente entende que a coisa é pública, então se é um programa pra desenvolver o bairro isso é uma obrigação de todo mundo (D1, 2019).

Dessa forma, um modelo de governança pautado na gestão simples, sem uma hierarquização rígida na tomada de decisão e distribuição de atividades, pelos moradores da comunidade na posição de colaboradores da instituição, criando um novo modo de fazer gestão, fundamentado na autogestão e inclusão social.

Conforme Tardif e Harrisson (2005), as inovações sociais, após o processo de institucionalização, podem produzir “novas economias”: economia do conhecimento, economia social ou economia mista. A economia social, especificamente, tem como foco a resolução de problemas sociais, no sentido de o protagonismo ser pertencer à comunidade, através da interação e colaboração dos atores, preocupando-se com questões econômicas e com a melhoria de vida da população local (MAURER, 2011; BATAGLIN, 2017).

O Banco Palmas é um empreendimento que atua na área das finanças solidárias, não possui um dono, já que é de propriedade da comunidade, assim como não se apropria de seus excedentes, sendo que estes são reinvestidos como novos créditos para a comunidade, além de criar um sistema de colaboração entre produtores e consumidores (INSTITUTO PALMAS, 2010). Por esse motivo, o Banco Palmas, encontra-se sua condição de promotor do desenvolvimento econômico e social, através da sua constante busca e implementação de novas respostas às demandas da comunidade. Tais respostas se mostram nas suas atividades, que vão além dos serviços financeiros, com o intuito de capacitar e empoderar a população, o que o caracteriza com uma “nova” economia de cunho social.

Para o entrevistado D1 (2019), a maior busca de geração de valor econômico e social do banco está pautada em criar uma cultura de solidariedade, “que nós juntos podemos colaborar um com o outro e gerar renda e essa cultura de valorização do local, que vai desde os produtos locais, da cultura local, do que é feito aqui”. Dessa forma, o desenvolvimento da aprendizagem coletiva é observada por meio dos projetos de capacitação produzidos pelo banco, como o Projeto Elas Emancipadas, o PalmasLab, Companhia Bate Palmas, loja solidária – O Bodegão, entre muitos outros. Nesses projetos, o intuito é promover a qualificação dos moradores do bairro, porém, mais do que isso, é buscar a inserção destes nos diálogos e discussões das demandas do bairro, a fim de poderem enxergar suas necessidades e potencialidades, através da troca de experiências e capacitação técnica (BATAGLIN, 2017). O impacto dessas ações no crescimento do bairro é observado com base nas falas das beneficiárias, moradoras do bairro, as quais afirmam que no momento em que se integraram às

atividades do Banco Palmas, viram suas vidas mudarem de perspectiva, econômica e socialmente, criando ou fortalecendo o envolvimento com a comunidade:

Me ajudou financeiramente na minha casa, me ajuda a pagar minhas contas, me ajuda a pagar o colégio dos meus filhos. No social, é o envolvimento com a comunidade, agora eu já tô mais envolvida, antes eu não tinha envolvimento com o bairro, com a comunidade, aí agora eu já tô envolvida no projeto da Companhia Bate Palmas, um grupo de batuque só de mulheres também, me envolvi muito com as outras associações de mulheres, descobri muita coisa, assim, de fortalecimento da mulher, descobri muita coisa sobre preconceito, é tanta coisa (B2, 2019).

Nosso objetivo não é nem tanto pelo dinheiro, é um benefício pra gente, pra que a gente venha cada vez mais aprender, o que a gente desenvolve aqui dentro, que a gente venha passar pra comunidade, o que o Banco Palmas é importante pra nós aqui dentro. Eu trabalho só aqui mesmo e em casa, pra mim é um meio de vida também, né, e também eu tava em casa sem fazer nada, eu tava desempregada, há 4 anos eu não tava trabalhando, e aí eu entrei aqui, pra mim é uma ajuda muito boa (B3, 2019).

Muito bom, muito prazeroso porque, por exemplo, o Programanas [coletivo formado por mulheres] ano passado deu um curso de informática básica pra mulheres daqui da comunidade, e aí é muito bom porque elas têm acesso, a gente pode facilitar esse acesso que elas não têm normalmente, essas pessoas não têm esse tipo de acesso à tecnologia, internet, computador e uma pessoa que fica ali ensinando: 'faz isso e isso'. É muito bom porque a gente vê que elas querem, elas gostam, querem continuar, né, nesse tipo de aprendizado (B1, 2019).

É importante ressaltar ainda que o Banco Palmas, por não se apropriar dos lucros obtidos, repassando-os para a promoção de mais ações dentro da comunidade, também possui iniciativas próprias da economia mista, ou seja, lidam com os interesses coletivos, com base na prática comunitária, e gerais, no sentido de contribuir para o desenvolvimento das atividades do Banco ((INSTITUTO PALMAS, 2010; TARDIF; HARRISSON, 2005).

É o caso do projeto Cozinha Delas, localizado em um espaço cedido pelo banco e que, apesar de ter sido criado como um projeto do Banco Palmas, sua implementação e sustentabilidade foi se dando por meio dos esforços das mulheres que se integraram ao projeto. No início do empreendimento, doações de alimentos e utensílios ajudaram a realizar bingos e a preparar pratos típicos para vender nas feiras de economia solidária proporcionadas na época, com o intuito de arrecadar de dinheiro para o início do projeto. Com as vendas, as mulheres arrecadaram aproximadamente 700 reais, que serviu como capital para a compra de mais alimentação, utensílios para a cozinha, ventilador e bebedouro, a fim de suprir as necessidades básicas do empreendimento. Após esses investimentos, as mulheres ficaram com apenas 80 reais para poderem, enfim, lançar o projeto. A entrevistada D2 (2019) conta que em conversa com o coordenador do Banco Palmas, Seu Joaquim, ele propôs que elas não precisavam de mais do que aquilo para prosseguir com o projeto:

A gente achava que ia pegar um empréstimo ou então até o apoio financeiro do Banco, né, pro projeto, mas o Joaquim disse: ‘Dou quinze dias pra vocês lançarem essa cozinha.’, e a gente: ‘Mas como? A gente só tem 80 reais.’, ‘O projeto é de vocês, a ideia é de vocês e vocês vão fazer com que isso dê certo’. E foi assim que a gente começou (D2, 2019).

Assim, D2 (2019) afirma que através de doações de alimentos, utensílios domésticos, fogão, self-service, doados por pesquisadores visitantes, funcionários do banco e pelas próprias mulheres, o projeto conseguiu se sustentar e atualmente, funciona como um restaurante comunitário, com a venda de refeições para funcionários do banco e pessoas em geral, assim como é responsável por coffee break, almoços e jantares em eventos especiais promovidos pelo Instituto Banco Palmas. Cabe ressaltar que os ganhos com a venda das refeições, em geral utilizando a moeda digital E-dinheiro, são voltados para promover a sustentabilidade econômica do projeto. A ideia da cozinha, que funciona ligada à iniciativa Elas Emancipadas, não é apenas sobre a questão financeira, com um processo de gestão que funciona de forma autônoma, mas, principalmente, que a mulher “se emancipasse mesmo e fosse pra outros caminhos, seguisse seu rumo, né, seguisse seus sonhos, seus desejos, o que tivesse vontade de fazer, porque ela já estava emancipada” (D2, 2019).

A entrevistada B1 (2019) afirma que o aprendizado obtido dentro do Banco Palmas, desde sua participação inicial nos cursos ofertados até a sua integração ao quadro de colaboradores, mudou sua perspectiva com relação ao futuro profissional, acrescentando:

Eu até penso no mercado lá fora [do Banco Palmas], mas aqui é muito bom porque você pode trabalhar com o que você quiser, se quiser propor um projeto e tiver como realizar esse projeto, vamos fazer sem nenhum problema, sabe, e é uma coisa assim que eu posso fazer tanto na prática, aprender na prática e realizar o que eu quero (B1, 2019).

Portanto, a promoção de uma “nova” economia social, e por vezes, mista, pelo Banco Palmas, que a torna institucionalizada, constitui-se como um modelo de governança, conforme Tardif e Harrisson (2005). A dinâmica entre a comunidade e o colaboradores diretos do banco contribui para compreender as dificuldades e buscar soluções novas e que se encaixam à realidade da comunidade, promovendo espaços de discussão, cursos e capacitação profissional, o que gera um sentimento de pertencimento ao local, de modo que impulse a geração do desenvolvimento econômico e social, na medida em que são percebidos os retornos para a própria comunidade, tornando-a mais visível às parcerias com outras organizações e instituições. Além disso, contribui para as mudanças de perspectivas de futuro dos moradores através da sua emancipação social, cultural, política e econômica, proporcionando renda e melhoria de vida para a comunidade.

6.3 Dimensão “Inovação”

Esta subseção busca atender a avaliação dos elementos da dimensão “Inovação” no contexto do Banco Palmas. As categorias de análise detalhadas consideradas são: escala, tipo e finalidade. De acordo com a classificação de Tardif e Harrisson (2005), a dimensão “Inovação” busca avaliar o tipo de inovação, sua abrangência e sua finalidade, levando em conta que a finalidade da inovação social deve ser o bem comum, o interesse geral e coletivo, através da cooperação entre os envolvidos.

De acordo com Tardif e Harrisson (2005), a interação e a proximidade dos sujeitos, teriam o objetivo de articular, ajustar ou rejeitar formas que não atendam às necessidades e demandas sociais reais, podendo assim, buscar soluções inovadoras específicas para o contexto local. Ainda segundo os autores, as inovações possuem em sua essência um caráter local, sendo que as proximidades englobam a geográfica, relacional, organizacional e institucional, tornando-se um fator determinante para a caracterização da inovação a nível local (TARDIF; HARRISSON, 2005).

Assim, entende-se que o processo de inovação em questão no contexto do Banco Palmas é local, visto que, conforme explicado anteriormente, a proximidade geográfica, relacional, organização e institucional é observada. O entrevistado D1 (2019) relata que um dos motivos para que Banco Palmas seja uma iniciativa de sucesso é devido ao fato de quem contribui para o banco são os próprios moradores, já que eles conhecem a história, a cultura, enfim, quais as demandas das pessoas que moram na comunidade.

Quando se gera trabalho, se gera renda ou quando você gera uma coisa que é importante, que é difícil você mensurar isso economicamente, que é essa autoestima local. O Palmeiras é um bairro que acostumou a resolver seus problemas, isso é uma coisa que não tem preço, a gente criou uma cultura de que nós podemos, né, de que nós somos capazes, que a solução tá aqui a solução é local (D1, 2019).

Ademais, a inovação trazida pelo Banco Palmas, como primeiro banco comunitário do Brasil e um instrumento que se mostrou eficaz em gerar renda e emprego, através da mobilização e participação da população, a fim de promover o desenvolvimento da comunidade, permitiu que houvesse uma expansão de sua experiência que ultrapassasse os limites físicos do Conjunto Palmeiras: “ele continua como uma referência mesmo, não só nacional como mundial” (D2, 2019). Assim, a entrevistada B1 (2019) relata também sobre a repercussão do banco: “a gente recebe bastante mensagem também, até de pessoas de outras cidades, como elas podem fazer empréstimo pra começar seu negócio, só que a gente só

funciona aqui no bairro, né, no Conjunto Palmeiras”. De acordo com Tardif e Harrisson (2005), o nível de sucesso que uma inovação pode alcançar possibilita a promoção de um movimento de participação e engajamento que acaba se voltando para o local, legitimando o processo de inovação.

Uma das grandes contribuições do Banco Palmas, é claro que o grande foco é o local, gerar emprego e gerar renda, mas o pro Brasil como um todo, desde o marco regulatório do país, admitiu-se a possibilidade de um outro sistema financeiro fora dos bancos oficiais, isso 20 anos atrás era impossível de se falar e de acontecer alguma coisa de crédito, compras, cartões que não fossem dos bancos. Tudo isso é impulsionado nessa experiência aqui, que foi se desenvolvendo e impactando e entre todas as controvérsias do legal e ilegal, do pode e não pode (D1, 2019).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a inserção da moeda social digital, o E-dinheiro, também foi uma forma de expandir a influência local para uma área maior, já que mantém o sistema de valorização local, mas também possibilita ter uma pluralidade de atores incorporados nas trocas comerciais e mais riqueza acaba sendo produzida na comunidade (BATAGLIN, 2017). Portanto, ainda que o efeito das ações do banco tenham progredido para um âmbito nacional, a escala de impacto do Banco Palmas é o Conjunto Palmeiras, tornando-se o principal foco de desenvolvimento da iniciativa, em aspectos econômicos e sociais.

A inovação social, em geral, busca pela melhoria de vida dos indivíduos assim como das comunidades, porém não possui um formato específico (MAURER, 2011). Dada a classificação de Tardif e Harrisson (2005) sobre os tipos de inovação social (técnica, sociotécnica, social, organizacional e institucional), pode-se afirmar que o Banco Palmas constitui-se como uma inovação do tipo social. A inovação do tipo social é desenvolvida pelos sujeitos da sociedade civil, promovendo mudanças na interação social dos indivíduos, com o fim de possibilitar o bem comum.

Dessa forma, o entrevistado D1 (2019) afirma que a missão institucional do Banco Palmas “é gerar o desenvolvimento econômico a partir da inclusão das pessoas, inclusão financeira e bancária, agora o grande objetivo é gerar trabalho e renda”. Na perspectiva dos moradores, tal iniciativa tem seu fim na melhoria de suas vidas, dando alternativas de emprego, de conhecimento e de buscar novas experiências que proporcionem o bem para a comunidade, apresentando efeitos nas dimensões sociais e econômicas, como ilustram as entrevistadas B3 (2019) e B2 (2019):

É uma oportunidade pro pessoal do bairro, que eles tão desempregado, tão vindo atrás de oportunidade e a gente recebe essas pessoas, essas iniciativas são pro Conjunto Palmeiras, acho que o Seu Joaquim pensa no povo do Conjunto Palmeiras, pra dar

oportunidade pra eles, pra incentivar a eles crescer, a gente trabalha mesmo na nossa comunidade e pra comunidade (B3, 2019).

Eu não ligava muito assim pra negócio da comunidade, né, não me envolvia, era só do trabalho pra casa, sabe. Só que as vezes também eu pensava assim: ‘o que que eu poderia fazer pra ajudar a comunidade?’, né, porque eu acho que a gente tá aqui e a gente não veio aqui só por tá mesmo, né, acho que a gente veio aqui com algum objetivo e eu não me encaixava, onde era que eu me encaixava? Em fazer alguma coisa pra ajudar a comunidade. Aí aqui, tipo assim, parece assim que era um sonho que tava realizando, que quando eu cheguei aqui batia com os pensamentos que eu tinha, de você tá envolvido na comunidade (B2, 2019).

A entrevistada B1 (2019) afirma que o principal objetivo do Banco Palmas é a geração de renda e a redução das desigualdades, além de poder provar que uma população que foi alvo da exclusão e marginalização vinda das mais diferentes esferas da sociedade, inclusive Poder Público, “também consegue desenvolver atividades, consegue construir coisas e consegue fazer o que quiser tendo a união, todo mundo se move para um bem comum” (B1, 2019). Para a entrevistada D2 (2019), além do financeiro, o objetivo maior do banco é o social:

É o que passa mesmo pra comunidade, do que ele é até hoje, o que ele significa, o que ele sofre, os desafios, os obstáculos e tá aqui resistindo, a resistência do banco, porque assim, são mais de 100 bancos comunitários, e esse ser o primeiro, 20 anos [de existência do Banco Palmas] e chegar nesse número, é porque não foi um projeto à toa, foi um projeto que realmente deu certo.

Por meio de ações que vão desde os serviços financeiros, oferecidos a uma população que não possuía acesso a nenhum serviço do tipo, como correspondente bancário, acesso ao crédito e o uso de uma moeda social própria, o Banco Palmas também busca participar de ações em conjunto com a comunidade no sentido de continuar melhorando a estrutura do bairro, como o trabalho de regularização fundiária dos moradores (questão que data da fundação do bairro, com o remanejamento da comunidade para uma área inadequada) e o projeto do Conselho do Quarteirão, um dos grandes e recentes projetos de mutirão do bairro, como conta a entrevistada B1 (2019):

As pessoas, os moradores mesmo se uniam, cada morador ficava responsável por um quarteirão da avenida [Valparaíso], que tem o canteiro central, então eles reformaram todo o canteiro central, pintaram tudo, tinha *wifi* também, na época era 1 quilômetro de *wifi* nessa avenida [Valparaíso] toda aqui e de graça pro pessoal, e eles se engajaram bastante, né, cada um cuidando um pouco da frente da sua casa, ficou muito bonito.

Essa relação pode ser caracterizada como uma relação de confiança e reciprocidade, sendo que foi estabelecida de forma lenta e “com muita paciência” (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010), utilizando-se de vários instrumentos inovadores para trabalhar diretamente com os moradores. Portanto, para todos os entrevistados, a finalidade do Banco Palmas é de trazer soluções com o objetivo de gerar renda e emprego para a população e tem conseguido

ser efetivada ao estabelecer uma cooperação entre os atores envolvidos – comunidade e Banco Palmas – no sentido de conciliar os interesses individuais e os interesses coletivos em busca do bem comum.

6.4 Dimensão “Atores”

A subseção a seguir busca atender a avaliação dos elementos da dimensão “Atores” no contexto do Banco Palmas. As categorias de análise detalhadas são: atores sociais, atores organizacionais, atores institucionais e atores intermediários. Tardif e Harrisson (2005) aborda na dimensão “Atores” sobre os diferentes atores envolvidos com o desenvolvimento e continuidade das atividades da inovação social e seus diferentes tipos, podendo ser eles sociais, organizacionais, institucionais e intermediários. Ademais, busca compreender as interações e relacionamentos entre esses atores, seus valores e normas, e se existe uma miscigenação de identidade os mesmos.

De acordo com Melo Neto Segundo e Magalhães (2008), o ponto de partida para a criação do Banco do Palmas se deu através do questionamento dos moradores do Conjunto Palmeiras sobre a situação em que viviam, uma população desprovida de recursos financeiros, excluída do sistema econômico, confrontados por uma situação de privação, passou a refletir sobre a necessidade urgente de mudança. A partir da união dos moradores, se organizando para realizar, por eles mesmos, melhorias de infraestrutura no bairro, com a construção de suas casas, ruas e empreendimentos comunitários. As lutas pelas quais passaram desde o início de sua história só fizeram expor ainda mais a necessidade econômica e social das famílias, que passaram a contestar o motivo da sua pobreza (BATAGLIN, 2017).

Guiados pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), um projeto de reorganização da economia local começou a ser discutido de forma coletiva, tendo como ideia reestabelecer os laços econômicos entre comerciantes, produtores e consumidores dentro do bairro. Assim surgiu o primeiro banco de desenvolvimento comunitário do país, juntamente com uma moeda social própria, a moeda Palmas, com o objetivo de promover o desenvolvimento local através do fortalecimento da economia local, gerando emprego e renda para a população e melhoria de bem-estar (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2008).

Dessa forma, os primeiros a se envolverem com o Banco Palmas foram os atores da sociedade civil: moradores do Conjunto Palmeiras, que a partir do contexto motivacional de exclusão e pobreza, criaram um banco na periferia da cidade de Fortaleza. A ideia da criação

em si, como já citado no tópico 6.2, surgiu a partir das várias reuniões entre moradores e líderes comunitários, com o propósito de descobrir e formular uma solução para o desenvolvimento da comunidade, chegando-se ao consenso de que se deveria ter uma moeda de circulação própria do bairro e, conseqüentemente, um banco.

A partir dessa ideia, o início da implementação do Banco Palmas remete a um contexto de incertezas e perseverança por parte dos líderes do bairro, que se encontravam na linha de frente da iniciativa. Conforme D1 (2019), os primeiros recursos para dar início as atividades do Banco Palmas foram doados por uma ONG local, na quantia de 2 mil reais, pois, segundo eles, as portas da prefeitura municipal e do governo estadual permaneciam fechadas, já que ninguém acreditava na ideia. Com os 2 mil reais para realizar os primeiros empréstimos à população, o banco acabou “quebrando” no dia do lançamento, visto que houve uma grande procura dos moradores pela iniciativa logo no início, fruto também da grande divulgação ocorrida até mesmo pela imprensa nacional, como relata D1 (2019):

Acho que a imprensa contribuiu muito, teve um *boom* de jornalismo, porque era muito exótico, 20 anos atrás, imagina, então a imprensa divulgou muito, o Jornal Nacional, com três dias de Banco Palmas, o William Bonner anunciou o Banco Palmas no Jornal Nacional, foi até ruim pra gente porque como a gente não tinha dinheiro o Banco Palmas quebrou na noite de lançamento, acabou tudo no primeiro dia, no outro dia o Banco amanheceu liso, quebrado, então quando a Globo anunciou, aí a fila foi gigante e a gente não tinha um centavo pra emprestar. Porque era muito exótico, uma favela que virou um Banco.

D1 (2019) acrescenta que, atualmente, o bairro tem o chamado Comitê do Bairro, que é um coletivo composto de vinte movimentos comunitários – ASMOCONP, Igreja Católica, Banco Palmas, Centro de Nutrição, escolar, dentre outros – que se reúnem com o propósito de tratar não somente de assuntos relacionados ao Banco Palmas, mas para tratar do bairro, tornando-se a força local do bairro.

Dessa forma, os atores sociais do Banco Palmas estão atrelados as relações sociais da comunidade, ou seja, são aqueles que a ajudaram a fundar e até hoje promovem a sustentabilidade da inovação, na base de um trabalho coletivo, valores culturais e que são capazes de se mobilizarem em busca outros atores dentro e fora da comunidade.

Os atores organizacionais observados no contexto do Banco Palmas são os comerciantes e produtores locais, que no início estavam bem inseguros sobre a proposta do banco no que se refere ao novo sistema de trocas econômicas utilizando uma moeda social própria: “os comerciantes custavam muito a acreditar no papel, que aquilo era dinheiro, tinham

medo dos prejuízos” (D1, 2019). O entrevistado relata ainda que nos primeiros meses de existência do banco a aderência dos comércios foi acontecendo de forma gradativa, de forma que a sua confiança no sistema aumentava a medida que mais *players* aceitassem participar da iniciativa:

Durante os três primeiros meses, a gente tinha quatro comércios só, então imagina, só quatro comércios aceitavam, mudou depois quando entrou o posto de gasolina, que era um comércio grande e nos bairros tinha muito disso, a ‘negada’ espera que o grande entre, pensa que ele é o ‘sabidão’: ‘se fulano entrou, é porque o negócio é sério, né’, é aquele cara conhecido como o que sabe tudo, né, então ele [o comerciante] ganha a confiança porque o grande entrou. Então o posto de gasolina foi o quinto, quando o posto de gasolina entrou, aí o pessoal foi aderindo, até porque é uma coisa útil também, todo mundo que tem carro passa no posto, então se eu posso trocar lá, comprar lá, eu aceito também (D1, 2019).

Os projetos do Banco Palmas receberam a atenção de grandes empresas da cidade, como o Mercadinho São Luiz, que se tornou uma parceira do banco ao se tornar um ponto de arrecadação e auxiliar na coleta de doações, como roupas e outras peças, para o brechó localizado na loja solidária do Instituto Banco Palmas – O Bodegão. Essas roupas são vendidas “por um preço bem barato, de 1 real, de 2 reais” (B3, 2019), com o intuito de que todo o dinheiro arrecadado seja investido em trabalhos sociais: “como teve o pessoal da enchente, né, na Palmeira II, doamos muitas coisas [do brechó] e a gente faz doações também, recebemos e a gente doa” (B3, 2019). Cabe ressaltar que o brechó da loja O Bodegão também conta com a mobilização de outros empresários e da sociedade civil em geral. Além de vender livros, materiais contando a história do Conjunto Palmeiras e do Banco Palmas, também possui uma parceria com os agricultores e moradores do bairro, através da venda de mel, óleo de coco, dentre outros produtos naturais.

Outros atores organizacionais que iniciaram envolvimento com o Banco Palmas foram as universidades do Brasil, como UFC, UECE, UNIFOR, UFBA, dentre outras, mas foram as universidades do exterior, principalmente, que criaram fortes laços com as ações promovidas pelo banco. Como relata o entrevistado D1 (2019), o Banco Palmas desenvolveu parcerias com a *Columbia University*, localizada na cidade de Nova York, elaborando um planejamento estratégico para o laboratório de inovação e tecnologia do Instituto Banco Palmas, o PalmasLab (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019); *Boston University*; *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), fazendo um intercâmbio de colaborações através do programa *MIT Community Innovators Lab* (CoLab); *London College*, onde o Banco Palmas está colaborando com pesquisas, dentre outras parcerias.

No entanto, a entrevistada B1 (2019) relata que ainda há “pouca relação orgânica” com o meio acadêmico, principalmente, com as universidades brasileiras: “a gente não tem muito apoio das universidades, tanto pra, sei lá, começar um novo projeto, uma união assim, uma parceria de projetos, não tem assim, é mais focado lá mesmo [dentro da universidade]”. De acordo com o entrevistado D1 (2019), há um relacionamento superficial com as universidades, em especial, as do Ceará, acrescentando:

A gente recebe muitos alunos, recebemos professores fazendo pesquisa, estudos, mas temos muito pouco trabalho orgânico com universidade, tivemos ano passado [2018] um bem legal com o curso de Economia Ecológica da UFC, um grupo de extensão que durou quatro meses, mas não temos um programa, isso é uma coisa que a gente se recente muito, a gente não tem um projeto aqui com a universidade, nem com a Unifor, nem com a UFC, nem com a UECE, intercâmbios ou desenvolver um projeto juntos, temos coisas bem pontuais aqui, acolá, coisa concreta não tem, impressionante, né. A universidade também tem um papel importante nisso, podiam ter mais estudos, mais debates, né, vamos levar esses debates pra universidade (D1, 2019).

Na área financeira, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) também tem um papel importante como parceiro do Banco Palmas, já que “é de onde o banco retira seu fundo de crédito” (D1, 2019). Além disso, trabalha como corresponde bancário da Caixa Econômica Federal, proporcionando o acesso da população ao pagamento de contas e recebimento de salários próximos onde vivem, algo que não existia no passado. Segundo a entrevistada D2 (2019), o Banco do Brasil também possui colaboração com o Banco Palmas no sentido de promover cursos de educação financeira para os moradores do bairro, trabalhando com líderes comunitários e outras pessoas engajadas nas atividades do Banco Palmas, que recebem capacitação e fazem o trabalho de educação pelo bairro.

O Banco Palmas mantém importantes aproximações com Organizações Não Governamentais (ONGs) desde sua fundação, visto que o primeiro aporte de recursos oferecidos ao Banco vieram de uma organização local chamada Ceará Periferia. O entrevistado D1 (2019) afirma que nos primeiros sete anos de existência do banco, quem manteve o Banco Palmas financeiramente foram as organizações do mercado de cooperação internacional, como da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), da Alemanha, a ONG inglesa OXFAM, organizações da Holanda, dentre outros. Mais recentemente, o Banco Palmas mantém contato direto com as organizações CCFD, da França, e Brazil Foundation, dos Estados Unidos. Além disso, existem parcerias com a FETRAECE, que trabalha com os trabalhadores rurais, “que também uma coisa muito preciosa pra nós” (D1, 2019), e com a organização Cáritas Brasileira, que faz parte da rede de economia solidária do Ceará.

Conforme Tardif e Harrisson (2005), os atores organizacionais podem estabelecer relações com a iniciativa como “destinatários”, ou seja, beneficiam diretamente outras organizações ao mesmo tempo em que são beneficiados, como, por exemplo, a visita de alunos e professores para conhecer os projetos desenvolvidos pelo Instituto Banco Palmas, conhecer o Banco Palmas e o funcionamento das operações de crédito e o próprio Conjunto Palmeiras, como objeto de pesquisa. Nessas visitas, ocorrem discussões, palestras, oficinas e cursos oferecidos pelo Banco através dos estudantes e pesquisadores. Exemplos claros dessa relação são relatados pelas beneficiárias B2 (2019) e B3 (2019):

Tem uma menina aqui do Banco Palmas que tá lá na França, ela foi divulgar o nosso trabalho. É assim, a Brazil Foundation, como tá apoiando aqui o projeto, manda a passagem pra ir uma pessoa daqui do banco, pode ser da associação também [Emancipadas], pra mostrar nossos projetos, né, caso eles gostem dos nossos projetos, elas apoiam. Eu até falei pra minha irmã: ‘olha, o nosso batuque tá sendo mostrado lá na França’. Aí tinha um rapaz que veio pra cá, o Timóteo, ele é da França, passou seis meses aqui, ele veio pra passar um mês, mas passou seis meses, foi na época que tava fazendo a barragem [do rio Cocó], aí ele queria ir pra barragem todo santo dia, ele se envolvia no Cuca [do Jangurussu], ele queria todo dia ir num lugar diferente, sabe, aí a gente mostrou nosso projeto do batuque, aí ele disse que ia levar nós pra tocar um batuque lá (B2, 2019).

O que a gente recebe muito aqui as meninas da faculdade, é atrás de livros, sobre a história do Banco Palmas, lá na faculdade que minha filha estuda ela disse que o pessoal procura muito: ‘ah, tu mora perto do Banco Palmas, eu quero ir lá, eu quero saber a história’, aí minha filha já conta também sobre a história porque ela foi criada aqui e isso é muito importante (B3, 2019).

A entrevistada D2 (2019) também fala de sua experiência com as parcerias do Banco Palmas desenvolvidas com organizações mundo afora:

Quem diria que eu ia pra Paris? E eu fui pra Paris. Quem diria que iria pra CCFD? Pra ficar quinze dias na França? Eu fui contar toda essa minha história e tudo que a gente faz no meio ambiente, Conselho do Quarteirão, esses trabalhos de humanizar, de sensibilização, o trabalho que eu faço na escola, quer dizer, não era a Katiana, eram as mulheres do Conjunto Palmeiras, representando o Banco também porque eles queriam saber como funcionava o banco, a moeda local e tudo mais. Porque a gente inovou não só a questão das Emancipadas no trabalho do empoderamento feminino, mas também em colocar essas mulheres dentro do meio ambiente, mulheres que tivessem um trabalho de sustentabilidade, de empoderamento feminino, mas voltado também pro meio ambiente (D2, 2019).

O Banco Palmas, portanto, estabelece relações com uma diversificação de atores organizacionais. Tais relações têm se apresentado como elementos importantes para o andamento das atividades, seja no campo financeiro seja no social, salientando a importância da continuidade das ações nas mais diversas áreas do banco.

Entre os atores institucionais observados no contexto do Banco Palmas está a prefeitura municipal de Fortaleza, pois o Banco é responsável pelas operações nos Ecopontos:

“pagamos ali os catadores que levam lixo pra lá” (D1, 2019). Além disso, com o governo do Estado do Ceará existe uma parceria através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), sendo que esta é uma espécie de ponte entre o Banco Palmas e os trabalhadores rurais: “a gente compra mel, compra produtos da zona rural pra vender aqui em nossa loja” (D1, 2019). Além disso, contam com a colaboração do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para levar palestras, com temas voltados, principalmente, para o fortalecimento das mulheres da comunidade.

Conforme os relatos, existe ainda uma relação difícil com o Poder Público, nas esferas municipal e estadual: “com a prefeitura mesmo tudo aqui é difícil, tudo que o Banco vai precisar, pra fazer algum apoio, tudo é mais difícil, os de fora dão mais apoio do que o próprio Poder Público daqui, né” (B2, 2019). Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) teve uma forte participação, através de investimentos federais, nas ações do Banco Palmas, porém, devido ao encerramento de suas atividades, projetos atingidos acabaram menos fortalecidos: “através dessa secretaria que vinham muitos projetos para as mulheres e para os jovens, mas infelizmente foi diminuindo” (D2, 2019).

Destacam-se as parcerias estabelecidas com órgãos públicos através do lançamento de editais. O Banco Palmas procurar participar já que o desenvolvimento das ações também depende do financiamento das mesmas para que seja possível a manutenção, melhorias de infraestruturas e lançamento de novas atividades.

Quando surge edital o Seu Joaquim já inscreve a Cozinha. Surgiu um edital que era da prefeitura, no Cuca [do Jangurussu], a Cozinha participou, aí parece que era 3 mil [reais] que recebia, só que era 3 mil [reais] em mantimentos. Aí desse edital a gente ganhou a geladeira, compramos panelas, utensílios e assim a gente foi adquirindo os mantimentos pra Cozinha (B2, 2019).

Tardif e Harrisson (2005) observaram que os atores institucionais englobam também processos de miscigenação de identidades, ou seja, a interação entre os atores está sujeita à aprendizagem de valores e normas, feita de forma coletiva. Esse processo levaria ao conhecimento de novas habilidades e novas regras sociais (TARDIF; HARRISSON, 2005). Nesse caso, pode-se afirmar que a experiência do Banco Palmas reflete os valores e significados construídos em anos de história de luta e de superação. Atualmente, tais valores é que orientam a conduta de quem “veste a camisa” do Banco Palmas e do Conjunto Palmeiras, como narra o entrevistado D1 (2019):

A gente tem o seguinte pensamento, o banco comunitário tem três coisas muito preciosas: a memória, a gente sabe quem nós éramos, de onde nós viemos, porque nós

estamos aqui, né, a identidade, nós somos o Banco Palmas, somos o Conjunto Palmeiras, e a autonomia de qualquer coisa, à política, às empresas e ao Poder Público.

Dessa forma, o Banco Palmas também proporciona um ambiente de aprendizado e de miscigenação de identidades, através da frequente relação entre os atores, principalmente, moradores e colaboradores do Banco Palmas, levando ao conhecimento de novas habilidades e novas regras sociais.

Já os atores intermediários (também chamados híbridos) são formados por meio do diálogo entre os diversos sujeitos da sociedade (TARDIF; HARRISSON, 2005). Como tratado em tópicos anteriores, o Instituto Banco Palmas foi criado com o objetivo de fazer a difusão tecnológica do Banco e ajudar a criar bancos comunitários no Brasil e em outros países, integrando-os em rede (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010). Essa rede se tornou a rede de bancos comunitários, na qual o Instituto Palmas se tornou o articulador nacional, facilitando as conexões entre esses atores e, principalmente, reforçando as relações de produção, comércio e consumo local (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010).

Ademais, o Banco Palmas participa, em nível estadual, da rede cearense de economia solidária, com a finalidade de “discutir a economia solidária como um todo” (D1, 2019), e, como já mencionado, do projeto Comitê do Bairro, onde o conselho do Banco juntamente com outras organizações da sociedade civil na comunidade do Conjunto Palmeiras, se reúnem para dialogar sobre as questões do bairro.

Assim, o Banco Palmas não só participa de comitês e redes sociais, como também é responsável pela gestão e articulação de algumas das mais importantes delas, como a rede de bancos comunitários, estimulando a cooperação e parcerias constantes, em busca de inovações nas esferas social, econômica e política dentro de cada comunidade.

6.5 Dimensão “Processos”

A subseção a seguir busca atender a avaliação dos elementos da dimensão “Processos” no contexto do Banco Palmas. As categorias de análise detalhadas são: modo de coordenação, meios e restrições. Tardif e Harrisson (2005) aborda na dimensão “Processos” sobre os modos de coordenação (avaliação, participação, mobilização, aprendizagem), os meios (parcerias, concertação, integração, negociação, empoderamento) e as restrições para o alcance dos objetivos com as quais os atores se deparam no processo de inovação.

Analisando o começo das atividades do Banco Palmas, observa-se que o processo de mobilização vem da identidade coletiva e da organização dos atores envolvidos na inovação social, com o objetivo definido de achar soluções para os problemas da comunidade (BATAGLIN, 2017). A identidade é construída ao longo do tempo, a partir da interação dos participantes, motivados por um interesse maior: o desenvolvimento da comunidade. O instrumento utilizado para ser chegar a esse maior interesse pode ser considerado a moeda social, visto que ela obtém êxito apenas mediante a confiança e a reciprocidade nas relações entre os atores. Além disso, as ações que envolvem a construção de algo estrutural para a comunidade, como saneamento básico, limpeza das ruas, avenidas e regularização fundiária, por exemplo, também são capazes de tirar a população de uma “zona de conforto” para passar a reivindicar respostas, seja do Poder Público seja da própria liderança local, como relata D1 (2019):

A CAGECE [Companhia de Água e Esgoto do Ceará] veio aqui fazer um serviço, quebrou tudo, e o que nós fizemos? Tapamos o buraco nós mesmos, fizemos um vídeo, ‘tacamos’ na internet, ‘esculhambando’ com a CAGECE e o governo do Estado, mas o buraco tá tapado, depois é que reclama, mas primeiro é a gente que faz. Temos que ter essa crença de quem resolve nossos problemas somos nós, né, claro, não estamos dispensando política pública, nem nosso governo, nem o poder público, mas o país não pode ficar só reclamando.

Nesse sentido, a beneficiária B2 (2019) fala que Banco Palmas proporciona o engajamento dentro da comunidade: “o objetivo pra mim [do Banco Palmas] é desse engajamento, né. Ele abriu muitas portas pra mim assim, né, me mostrou muita coisa assim financeiramente, socialmente, porque antes eu não ligava muito pra nada”.

Os movimentos sociais conseguem obter resultados se as ideias conseguem ser disseminadas entre os diversos atores (MULGAN, 2006). Assim, Mulgan (2006) afirma que a responsabilidade parte tanto de quem concebe a ideia (inovador) quanto dos ouvintes, que precisam estar dispostos a adotar uma nova postura enquanto atores sociais. Percebe-se a atuação pontual de um dos idealizadores do Banco Palmas, hoje, referência nacional e internacional na gestão de bancos comunitários de desenvolvimento: Joaquim de Melo é pernambucano de nascimento, que veio para o Ceará, sendo que, em 1984, fincou raízes no Conjunto Palmeiras, e se mobilizou nos mutirões comunitários (RABELO, 2017). Tal experiência nos mutirões, ajudando-o a construir a ideia do Banco Palmas, e sua própria vivência como “banqueiro” de um Banco da periferia, o ensinou “tudo que sabe hoje” (D1, 2019) e “essa crença de que é possível, que a gente precisa buscar novos caminhos” (D1, 2019).

Nesse sentido, a beneficiária B2 (2019) comenta sobre a oportunidade que a comunidade do Conjunto Palmeiras tem tido de entender que é capaz de se mobilizar em prol de um objetivo, com o apoio de grandes lideranças: “se tivesse gente mais empolgada como o Seu Joaquim, com mais garra, luta, não só no bairro, em toda cidade, ou eles [Poder Público] faziam ou diziam porque que não faziam, porque eles tão lá pra fazer pela população, né”.

Bignetti (2011) afirma que a participação dos atores envolvidos em determinada iniciativa é essencial para a construção social da inovação. Assim, segundo o autor, os beneficiários não existem apenas como usuários dos serviços prestados, mas sim, comportam-se como participantes ativos das ações, desde sua implementação até a concretização. Observa-se no contexto do Banco Palmas - até mesmo como reflexo da construção histórica e cultural do Conjunto Palmeiras - que sua criação partiu da mobilização dos moradores do Conjunto Palmeiras, onde, mais tarde, viriam a se tornar agentes passivos e ativos das ações do banco, ou seja, todos são participantes e beneficiários, visto que todos que compõem o Instituto Banco Palmas são moradores do bairro:

Quando falo diretoria do Banco, falo todos que moram aqui, são todos moradores do bairro, tem uma reunião bimestral do comitê e uma reunião anual do conselho e a gente dá ‘testada’ um no outro 24 horas por dia. Vamos dizer assim, o departamento de crédito 24 horas por dia tá com o departamento de cobrança, que tá com o departamento do E-dinheiro, porque eles são tudo daqui, moram tudo junto, come junto, vive junto, brigam junto também, fim de semana achou ruim ainda tá no mesmo bar, pega o mesmo ônibus, enfim, é a natureza comunitária, sua própria natureza é diferente, é uma coisa doida.

Quanto à avaliação do processo de inovação social, ocorre no sentido de identificar aspectos e/ou restrições que possam atrapalhar o andamento da inovação, visando melhorar o alcance dos objetivos (MAURER, 2011). O Banco Palmas buscar organizar um sistema de avaliação conforme os atores de cada projeto forem determinando. Conforme as falas das entrevistadas B1 (2019), B3 (2019) e D2 (2019), um dos diferenciais do banco, além da parte financeira, é poder reunir em um mesmo lugar uma quantidade significativa de projetos com pessoas e objetivos específicos, mas que se movem pelo mesmo propósito social. Assim, os projetos vão sendo tocados conforme cada uma das metas de cada grupo, seja no PalmasLab, no projeto Emancipadas ou na loja solidária O Bodegão, dentre outros:

É muito dia a dia, aqui no laboratório [PalmasLab] cada um vai ajudando o outro e tentando fazer com que dê certo e vai vendo até o final. Claro que cada um tem os seus dons, né, cada um tem os seus trabalhos, mas se alguém tiver com dificuldade outra pessoa vem e ajuda (B1, 2019).

Tem, tipo assim, no Bodegão tudo que eu vendo é anotado e todo dinheiro que eu recebo eu deposito na conta do E-dinheiro, aí de lá é que elas veem o que é que tá

necessitando aqui também pra nós e pra comunidade, como pintura dos canteiros, pra ajudar nos pagamentos dos documentos da regularização fundiária, aí tudo que é vendido é registrado, inclusive a gente tá usando o aplicativo do E-dinheiro, eu tô com o aplicativo você vem aí você faz diretamente pelo aplicativo e vai pro E-dinheiro, as vezes eu não recebo dinheiro aqui na mão, eu já mando direto na conta (B3, 2019).

Eu que sou das Emancipadas, eu não tenho metas de atividades não, aqui no Instituto eu participo de umas atividades no PalmasLab também, que é o guia turismo, de levar as pessoas pra conhecer o bairro, tanto nacional quanto internacional, ver essa questão de desigualdade do bairro e tudo mais, mas também é uma coisa que é quando eu sou convocada, e é no meu tempo, se eu tenho tempo eu vou, se eu não tenho (D2, 2019).

Pelos relatos, nota-se que as reuniões para estabelecimento de metas vão sendo estruturadas distintamente em cada projeto, assim como a tomada de decisão de cada um, como já mencionado no tópico 6.2 desta seção. Cabe ressaltar que objetivo do Banco é levar cada vez mais projetos para a comunidade e por isso tem a preocupação de buscar financiadores para a realização dos projetos, assim, esses financiadores devem acompanhar o andamento das ações através dessas avaliações.

De um modo mais amplo, o entrevistado D1 (2019), conta que atualmente eles não possuem um conjunto de indicadores para mensurar o trabalho no Banco comunitário, visto que é muito difícil avaliar um projeto como o Banco usando indicadores tradicionais:

Todo esse trabalho de envolvimento, participação, de empoderamento, de relações sociais, que é o que faz o banco comunitário, né, você tem que ter indicadores bem... por exemplo, qual o modelo de gestão? O pessoal quer que eu diga: departamento de crédito, departamento de cobrança, departamento disso... mas não existe, porque [o pessoal] não consegue enxergar com clareza que o método tradicional de avaliar e dividir não vai se aplicar aqui, a gente não é um banco, não é um Bradesco, dificilmente você consegue avaliar um Banco desse [Banco Palmas] com o modelo tradicional, a gente nasceu pra não seguir, a gente nasceu pra ser uma forma diferente, então dificilmente você vai aplicar aqui o modelo tradicional [de avaliação] (D1, 2019).

A aprendizagem coletiva ocorre pela interação dos diversos atores, através da troca de conhecimentos, proporcionando, assim, autonomia e empoderamento para os indivíduos (CLOUTIER, 2003). Dessa maneira, a aprendizagem é observada tanto nas lideranças quanto na comunidade. O Banco Palmas buscar promover entre os moradores do Conjunto Palmeiras discussões sobre as questões que envolvem as necessidades e fragilidades do bairro, caracterizando um processo de aprendizagem coletiva:

A gente tenta sempre ver com as pessoas como que elas tão se sentindo em relação aos cursos, o que que precisa melhorar, o que elas querem aprender, o que elas não querem aprender, então a gente sempre tem esse diálogo e a gente tenta tornar tudo mais flexível pra que todo mundo possa conseguir se ajustar e possa contribuir também (B1, 2019).

A aprendizagem é vista tanto no campo econômico quanto social, através do empoderamento, da interação entre os atores, a resistência frente as lutas, no processo de “trocas de papéis”, quando as lideranças de hoje irão dar lugar a novas ideias e a novas mobilizações, conforme retrata D2 (2019):

O povo se organiza, os mais antigos com os da minha época com os mais novos, é o que a gente faz agora, esse grupo de lideranças que tem agora dessa faixa etária da minha idade, a gente tenta passar pros nossos filhos essa questão do bairro e tudo mais, coisa que os meus pais não passaram pra mim e que eu vim aprender muito tarde, então quer dizer, se eles [mais novos] querem um bairro de sustentabilidade, de oportunidade, de possibilidades e que as pessoas possam sonhar, eles tem que começar a participar agora, que é o que a gente faz. Se realmente é isso que a comunidade quer, porque os líderes não vão acabar, eu posso sair daqui, morar em outro canto, que isso não é o meu objetivo, mas nunca se sabe, mas vão surgir outros, sempre vai surgir, vai haver outro gestor, vai haver outras pessoas trabalhando, o processo vai continuar.

Attingir o máximo de interação entre os atores é um dos objetivos para que se haja uma dedicação por parte destes no processo da inovação social (TARDIF; HARRISSON, 2005). Essa interação, que está sujeita a oposições e a concordâncias de opinião, ocorre por meio da negociação, concertação e parcerias, que nada mais são do que diálogos e discussões realizados para que possam ser criados acordos que vão auxiliar no desenvolvimento das ações de inovação, levando os indivíduos a um estado de empoderamento individual e coletivo (TARDIF; HARRISSON, 2005).

Nesse sentido, verifica-se que as inúmeras reuniões entre líderes comunitários, comerciantes e consumidores, na sede da associação de moradores do bairro (ASMOCONP), ainda nos anos 90, com o propósito de discutir qual seria o projeto para geração de trabalho e renda no Conjunto Palmeiras (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010) configuram como um meio de negociação e a partir dessa configuração, compromissos pessoais e coletivos foram sendo traçados em torno dos novos objetivos a fim de firmar uma nova regulação social (concertação).

Atualmente, as reuniões realizadas pelo Comitê do Bairro, que se reúne a cada dois meses, caracterizam-se como meios de debater ideias e gerar diálogos diretamente com a comunidade (negociação), criando novos acordos para o melhor estabelecimento dos arranjos institucionais implementados, mas as entrevistadas D2 (2019) e B1 (2019) relatam que a troca de experiências e de ideias ocorre diariamente, já que uma das características do comitê é trabalhar conforme as demandas da comunidade:

O Banco faz reuniões não só com funcionários da casa mas com líderes do bairro também, porque tudo que acontece no bairro vem através do Banco, tipo, obras e tudo

mais, o pessoal liga diretamente pro Banco, pesquisas, todos os projetos, intervenção, eles ligam pro Banco porque o Banco é a referência do bairro, então o Palmas chama os líderes e fala: ‘olha, a gente foi convocado pra isso, vai acontecer isso, como a gente vai fazer?’ e tal (D2, 2019).

Às vezes senta todo mundo e conversa sobre um projeto, por exemplo, a Cooperativa que vai sair agora, todo mundo se junta e se reúne e fala o quê que acha melhor, dá uma ideia, coisa assim, e a gente vai tendo essa troca, vai pensando junto também (B1, 2019).

As parcerias também comportam-se de maneira a contribuir com a aproximação dos atores, assim como são grandes ferramentas de disseminação da inovação social (TARDIF; HARRISSON, 2005). No caso, o entrevistado D1 (2019) descreve que a partir de 2005, com o reconhecimento do Banco Palmas pelo Banco Central e com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), iniciou-se uma parceria para disseminar a metodologia do Banco em todo o Brasil, sendo que muitas universidades, como USP, UFBA, UFPB e FGV, passaram a estudar a metodologia e fazer incubadoras de bancos comunitários, ajudando o Banco Palmas nesse processo de disseminação pois “sozinhos não teríamos condição” (D1, 2019).

A integração entre os atores deve ocorrer para encontrar soluções para as necessidades não satisfeitas, podendo ocasionar mudanças de cunho social, cultural, político nos indivíduos e nas comunidades (MOULAERT *et. al.*, 2005). No caso do Banco Palmas, observou-se na fala da entrevistada D2 (2019) que todos que integram o banco, seja como funcionário seja como beneficiário, são tratados da mesma forma, pois antes de serem “colegas de trabalho”, pertencem a mesma vizinha e estão lutando pelo mesmo ideal: o crescimento do Banco Palmas e do Conjunto Palmeiras.

A entrevistada B3 (2019) caracteriza a relação dos atores dentro do Banco Palmas como “uma família”, onde muitos se conhecem desde antes da fundação do banco: “aqui não tem ninguém estranho, todo mundo é família, todo mundo conversa com todo mundo, num tem assim ‘ah, só porque trabalha aqui na lojinha’, não, é as meninas da lojinha, é as meninas da cozinha, é super família mesmo”. E acrescenta:

A gente cresceu tudo junto, então todo mundo se conhece, entendeu, a gente foi criado aqui, que o Palmeiras tem 40 e poucos anos, né, e eu cheguei em 1975, minha mãe trouxe a gente bem novinha. Então desde eu criança eu via o Seu Joaquim, né, ele morava aqui no bairro e eu já conhecia ele desde criança e desde criança eu já via que ele era muito empolgado pra trabalhar na comunidade e aí a gente foi crescendo, todo mundo junto (B3, 2019).

O empoderamento é considerado como um meio para efetivação de uma inovação social, visto que a conquista da capacidade social, cultural, e política dos indivíduos ampliam suas visões de mundo e os levam para busca dos recursos necessários para atendimento das necessidades (TARDIF; HARRISSON, 2005; MOULAERT et al., 2005).

A confiança e a reciprocidade são características essenciais nas interações entre os sujeitos dentro de um ambiente comunitário. No Conjunto Palmeiras, a implementação da moeda social significou a conciliação entre as diversas opiniões existentes sobre a maneira como deveriam acontecer as relações de comércio entre os moradores em benefício de um bem comum. Essa conciliação só foi possível porque houve confiança da população no projeto apresentado, sendo que esta foi parte essencial da construção do projeto de desenvolvimento da comunidade, antes mesmo da criação do banco. Assim o empoderamento leva o indivíduo a atuar como protagonista da inovação social.

Assim, uma das principais propostas ao se criar um elo entre a população e a sua história local é fazer com que as pessoas passem a valorizar o que eles construíram e o que ainda são capazes de fazer para continuar se desenvolvendo.

A solução tá nos pobres, tá com o povo, a solução não vem de cima pra baixo, num vem de governo, quem resolve é o povo, então eu acho que essa crença, essa radicalidade até, de que a solução é local, não é que você se isole, você pode se conectar, mas a organização, a solução vem da organização popular, da força de capacidade do povo se mobilizar (D1, 2019).

O empoderamento comunitário como meio para se chegar a uma inovação social, constrói caminhos férteis para a promoção do desenvolvimento dos indivíduos da comunidade e seu contínuo progresso como coletivo: “toda minha história de vida, de conhecimento é completamente ligada aqui o Banco e ao Conjunto Palmeiras, que foi o berço de tudo isso e com muito orgulho” (D1,2019). As entrevistadas D2 (2019) e B1(2019), de modo singular, falam de suas experiências individuais e qual o papel do Banco Palmas na ampliação da capacidade sócio-política de cada uma:

Eu acho que se não existisse o Banco eu ainda tava sofrendo violência psicológica, vivendo uma vidinha sedentária, uma vida comum, porque se eu não tivesse passado pelo Banco e não tivesse visto o cartaz que teria o curso, eu ainda estaria da mesma forma. Vamos dizer que não existisse o banco, né, eu não vejo de que forma eu poderia ser o que eu sou hoje, de sair do ciclo de violência que eu vivia, porque não existe políticas públicas pra isso, até existe mas é sucateado e precarizado, então eu ia continuar achando que o que o meu marido faz é uma cultura dele mesmo, ‘todo homem faz isso’, que é normal, e não vejo de que outra forma eu poderia sair, porque todo esse conteúdo que eu tenho foi daqui de dentro do Palmas, foi aqui que eu moldei isso (D2, 2019).

Eu acho que proporcionou tudo pra mim, porque a partir do momento que eu entrei aqui eu vi que você pode trabalhar com o que você gosta, você pode fazer o que você quer, o que você acha que vai contribuir pro mundo, você tem a prática aqui e você tem o espaço pra realizar isso (B1, 2019).

Nessa perspectiva, as experiências individuais dos entrevistados mostram que a participação ativa dos atores no sucesso da instituição, dando-lhes autonomia para pensar, discutir e fazer ações para a própria comunidade, proporcionou, nas palavras de B2 (2019): “ser resiliente, lutar, a gente tem que ser forte, a gente tem que perseverar, a gente não pode voltar pra trás, a gente tem que andar pra frente”, contribuindo de forma significativa para a construção de uma inovação social.

Conforme Tardif e Harrisson (2005), após a institucionalização de um projeto de inovação social, uma vez que estão sendo concretizados os benefícios do atendimento das necessidades não satisfeitas da população, poderá ocorrer a difusão para outros contextos com problemas similares.

A experiência socialmente inovadora do Banco Palmas tem como um de seus aspectos mais notáveis a disseminação das ideias construídas, criando-se uma metodologia própria dos bancos comunitários de desenvolvimento: “foi amplamente difundido, hoje tem banco comunitário em comunidades quilombolas, ribeirinhos da Amazônia, indígenas, enfim, da nossa própria rede” (D1, 2019). Essa disseminação ocorreu tanto em escala nacional, como também é discutida e difundida através de estudos e aplicações no exterior.

Conforme o relato da entrevistada B1 (2019), antes mesmo da mudança de postura do governo federal com relação ao Banco Palmas - passando a reconhecê-lo como promotor do desenvolvimento da comunidade - muitos municípios começaram a se interessar pela ideia de implementar um Banco feito para as comunidades locais, que se encontram em estado de pobreza, enquanto instrumento eficaz de na geração de renda, como por exemplo, em Paracuru (CE) foi implementado o segundo banco comunitário de desenvolvimento (Banco PAR) e a partir de então passou a atingir outros municípios do Ceará, como Palmácia (Banco Serrano), Santana do Acaraú (Banco BASSA), e outros Estados, como Espírito Santo (Banco BEM e Banco Terra) e Rio de Janeiro (Banco Maricá) (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019e). Atualmente, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários é composta por 113 (cento e treze) bancos comunitários, espalhados por todo o país, sendo que todos os bancos possuem uma marca de certificação da rede (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019e).

Ademais, a partir da metodologia difundida pelo banco, o fenômeno da inovação passou a ser observado também ao promover o desenvolvimento socioeconômico nesses locais. Assim, de acordo com D1 (2019), no contexto dos bancos comunitários implementados surgiram ONGs como Ateliê de Ideias, no Espírito Santo, Capital Social, no Pará, além de incubadoras dentro das universidades, como na UFBA, que passou a dar aporte para os Estados vizinhos, cooperando com o Banco para promover a disseminação por todo o Brasil.

Um dos maiores responsáveis pela difusão do Banco Palmas é Joaquim de Melo, como já citado, idealizador e coordenador de projetos do banco. Segundo D1 (2019), o Banco Palmas o levou para todo o Brasil e acabou colocando-o numa dimensão inclusive internacional. Ainda, acrescenta que passou a viajar pelo país e pelo mundo levando o projeto do Banco Palmas para outros contextos, participando da implementação dos bancos comunitários e dando palestras, promovendo as discussões acerca da ideia de que a comunidade, por mais pobre que seja, deve enxergar em si o potencial de crescimento e provocar transformações econômicas e sociais:

Naquele documentário da Mara Mourão “Quem se importa?”, uma das coisas que o pessoal mais acha graça é quando eu falo que isso [Banco Palmas] não nasceu em Harvard, não nasceu em Nova York, não nasceu na USP, isso nasceu na periferia de Fortaleza e eu tenho muito orgulho disso, a gente ter criado uma coisa que pautou o país todo (D1, 2019).

Durante o processo de uma inovação social, desde a ideia, passando pela fase de tentativas e experimentos, institucionalização, até o momento em que as iniciativas passam a ser difundidas, existem aspectos negativos em volta, ou seja, que não estejam em plena conformidade no decurso do projeto (TARDIF; HARRISSON, 2005). As restrições podem ser a complexidade, incertezas, resistências e tensões dos atores em decorrência da novidade. Além disso, aspectos envolvendo a rigidez institucional dos elementos presentes no processo de inovação também podem ocasionar restrições.

Como já discutido na subseção 6.2 desta seção, uma das limitações enfrentadas pela iniciativa foi a rigidez institucional com a perseguição enfrentada pelo Banco Palmas e a moeda Palmas como efeito do não reconhecimento pelo Banco Central de que são instrumentos legítimos de geração de emprego e renda. Após o período turbulento envolvendo brigas judiciais entre as instituições, o Banco Palmas passou a exigir um posicionamento do Banco Central com relação a um marco regulatório, com políticas e programas que deem apoio a esta modalidade de finanças solidárias, visto que “o marco regulatório é muito incipiente, muito

pequeno, ele nos coloca só como meio de pagamento, uma *fintech*, ninguém pode fazer poupança financeira, não pode fazer captação no mercado, não tem investidor” (D1, 2019).

Embora exista um efeito em âmbito nacional, as ações do Banco Palmas são promovidas para a comunidade do Conjunto Palmeiras. Assim, cabe ressaltar o que a entrevistada B2 (2019) declarou sobre a atuação do Banco dentro do bairro e como, em alguns momentos, existem tensões ligadas à resistência de alguns sujeitos em participar junto à comunidade da difusão das ações locais:

O Banco Palmas ajuda muitas pessoas, aí também tem aquele que diz que não ajuda, né, sempre tem, porque tipo assim, quem não tá nessa área aqui [entorno da Avenida Valparaíso] já acha que o Banco Palmas não atende a área que tá mais pobre, é como se aqui fosse a elite do Palmeiras, já tem a outra parte que é a mais pobre, que diz que o Banco Palmas não apoia. É gente assim que tem menos experiências, sabe, que não sai da sua casa pra vir procurar um benefício. Eu acho que eles queriam que o criador do Banco Palmas fosse lá na casa deles, aí essa parte aí já acha que o Banco Palmas apoia uma parte das pessoas e outras não (B2, 2019).

Apesar da mobilização frente aos desafios pelos quais uma comunidade da periferia passa, para o entrevistado D1 (2019), ainda existem muitas opiniões adversas quanto ao posicionamento do Banco Palmas e dos movimentos comunitários presentes no Conjunto Palmeiras:

Como o Poder Público é muito deficiente aqui na periferia, então talvez criam uma expectativa no pessoal de que o Banco Palmas é a prefeitura ou o governo do Estado: ‘ah, mas aí tá cheio de lixo, olha’, como se a gente fosse responsável pela limpeza do bairro, até na época do tráfico e tal, eles perguntaram: ‘o que vocês vão fazer?’, isso é banco, né, e é um banco comunitário, muita coisa a gente não pode fazer. Acreditam, não é uma unanimidade, tem gente que acha que a gente faz muito pouco, enfim, e é bom que seja assim, toda unanimidade é burra, quando tem uma coisa que todo mundo acredita, é porque tem alguma coisa errada ali (D1, 2019).

Por fim, uma das maiores incertezas em dinâmicas que envolvem as iniciativas do terceiro setor referem-se à falta de recursos financeiros (MOREIRA, 2017). Conforme D1 (2019), o Banco Palmas, exclusivamente na parte financeira – como correspondente bancário, E-dinheiro, créditos - é autossustentável. No entanto, como observado na fala de D2 (2019), “o Banco é muito maior” pois promove projetos de integração e fortalecimento da comunidade, no intuito de que eles se tornem autônomos social e economicamente. Assim, busca estabelecer parcerias com diversos atores organizacionais e institucionais, que muitas vezes são incertas, devido, por exemplo, a descontinuidade de programas ou políticas públicas, como o encerramento das atividades do SENAES - ator estratégico na sustentabilidade e disseminação do Banco Palmas - resultando na diminuição da participação em editais, bolsas e, assim, na falta de projetos e desvinculação de colaboradores do banco:

No PalmasLab, a gente tinha um gestor, ele é espanhol, e ele tá desde o início, antes da criação do PalmasLab ele já tava por aqui e ele teve voltar, ir embora, porque ele tava sem receber salário, e ele que ajudava, que colocava o negócio pra rodar no PalmasLab, então a gente tá sem ele. E como ele não tá mais por aqui, a gente ficou meio assim, mas a gente tá tentando, né, se recuperar e acostumar. Porque se a gente tiver financiamento pra qualquer tipo de coisa a gente realiza, desde formação em curso pra mulheres, tudo (B1, 2019).

A partir das discussões apresentadas, ressalta-se que o Banco Palmas se destaca como uma experiência socialmente inovadora ao desenvolver novas soluções em vista dos problemas enfrentados pela comunidade do Conjunto Palmeiras, causando transformações de cunho social e econômico, favorecendo a promoção do desenvolvimento da comunidade. Assim, encerra-se a seção 6 deste trabalho, composta pela apresentação da análise dos elementos das dimensões da inovação social com base no modelo proposto por Tardif e Harrison (2005) no Banco Palmas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou investigar como as dimensões da inovação social, à luz do modelo Tardif e Harrisson (2005), se refletem em formas de organizações baseadas no uso de moedas sociais. Considera-se que este objetivo foi alcançado, tendo em vista que no caso investigado, o Banco Palmas, observou-se por meio da dimensão “Transformações” o contexto motivador para início da atuação da iniciativa em questão; na dimensão “Caráter Inovador”, a ação social levou à formação de respostas inovadoras para os problemas existentes; na dimensão “Inovação”, analisou-se a escala de abrangência da atuação, assim como o tipo e a finalidade da inovação social; na dimensão “Atores”, foram identificados os atores envolvidos na iniciativa; na dimensão “Processos”, foram investigados os modos de coordenação no processo de inovação social, assim como os meios utilizados e as restrições identificadas no decurso da inovação social.

Com relação ao primeiro objetivo específico estabelecido, ou seja, analisar os elementos da dimensão “Transformações”, observou-se que as transformações nas estruturas econômicas e sociais da segunda metade do século XX contextualizaram as lutas sociais da comunidade causadas pela crise, levando à criação do banco de desenvolvimento comunitário e da moeda social. No segundo objetivo específico, analisar os elementos da dimensão “Caráter Inovador”, identificou-se um caráter inovador nos arranjos institucionais e nas regulações sociais que passaram a ser estabelecidas, visto pelo modelo de governança apresentado, pautado na dinâmica entre colaboradores e moradores do bairro, e pela promoção de uma “nova” economia social.

O terceiro objetivo específico apresentado, ou seja, analisar os elementos da dimensão “Inovação”, identificou-se que as ações implementadas pelo Banco Palmas são de escala essencialmente local: a comunidade do Conjunto Palmeiras. Além disso, constitui-se como uma inovação do tipo social, no sentido de conciliar os interesses individuais e coletivos em busca do bem comum. No quarto objetivo específico, a análise dos elementos da dimensão “Atores”, observou-se que no Banco Palmas há a participação de atores identificados em todos os tipos definidos pelo modelo Tardif e Harrisson (2005), desde os atores sociais, como a população do Conjunto Palmeiras e o Comitê do Bairro; organizacionais, como universidades, ONGs, empresas privadas, dentre outros; institucionais, como Prefeitura Municipal de Fortaleza e Governo do Estado do Ceará; e intermediários, como a Rede Brasileira de Bancos

Comunitários. Ademais, essas relações levaram a um processo de aprendizagem e de miscigenação de identidades.

Por fim, no quinto objetivo específico proposto – analisar os elementos da dimensão “Processos” – observou-se que os modos de coordenação identificados com mais ênfase foram participação, mobilização e aprendizagem. Já em relação aos meios - negociação, concertação, integração, empoderamento, difusão e parcerias - foram identificados, tendo destaque para a difusão, com a disseminação do modelo para outros contextos, e a conquista do empoderamento pelos indivíduos.

Também foram observadas restrições com relação ao início da iniciativa, como recursos insuficientes para atender às demandas da comunidade, como a oferta de crédito, além do período de enfrentamento do Banco Palmas e Banco Central no sentido de este reconhecer a atuação do banco de desenvolvimento comunitário e da moeda social. Passado esse período, a falta de recursos foi novamente identificada com a diminuição da participação de atores estratégicos para a atuação da iniciativa, como o SENAES. Além disso, a existência de tensões dentro da própria comunidade relacionadas às ações do Banco Palmas também foi observada como ponto de limitação do processo de inovação social.

Outros pontos de destaque que foram percebidos ao longo da análise do caso em questão foi a dinâmica entre a comunidade e o colaboradores diretos do Banco para compreender as dificuldades e buscar soluções inovadoras; a criação de projetos que vinculam o uso da moeda social a outros aspectos vivenciados pela comunidade, como o PalmasLab, a Cozinha Delas e a loja solidária O Bodegão; que o Banco Palmas proporciona um ambiente de aprendizado e de miscigenação de identidades, através da frequente relação entre os atores; houve a difusão das ideias construídas, criando-se uma metodologia própria dos bancos comunitários de desenvolvimento; a rigidez institucional, com a perseguição enfrentada pelo Banco Palmas como efeito do não reconhecimento pelo Banco Central de que a moeda social e o banco de desenvolvimento comunitário são instrumentos legítimos de geração de emprego e renda, e a tensão existente entre os moradores devido as suas opiniões adversas quanto ao posicionamento do Banco Palmas e dos movimentos comunitários presentes no Conjunto Palmeiras.

De acordo com os pressupostos apresentados na seção introdutória deste trabalho, observou-se que: a) o contexto motivador para início da atuação foi a natureza socioeconômica

da comunidade; b) o caráter inovador da ação levou à institucionalização da iniciativa; c) a inovação é do tipo social e local; d) os atores envolvidos advém de uma diversidade de esferas e áreas, gerando um processo de cooperação; e) aprendizagem, integração e mobilização são os modos de coordenação e os principais meios são empoderamento e a difusão. Sendo assim, pode-se inferir que as dimensões da inovação social do modelo de Tardif e Harrisson (2005) são evidenciadas no caso do Banco Palmas.

O caso em questão, pelas características identificadas, refere-se a uma iniciativa com processo de inovação social em estado de institucionalização, ou seja, a formalização dos processos e a profissionalização são mudanças observadas com relação ao início da atuação (MOREIRA, 2017; MOULAERT *et al.*, 2005). Conforme Moolaert *et al.* (2005), tal formalização e profissionalização pode incentivar uma redução do caráter inovador da organização. Observou-se que o Banco Palmas busca se adaptar às mudanças correntes, como ocorreu com a instituição da moeda digital e a criação de uma rede de banco comunitários de desenvolvimento, além de ser responsável pela instituição de cooperativas na comunidade, buscando atender às demandas dos jovens, mulheres e trabalhadores, fortalecendo-se como promotor das práticas implementadas dentro da própria comunidade. Assim, ao mesmo tempo que busca adotar novas práticas sociais, também tende a manter os resultados já obtidos como uma forma de assegurar sua sustentabilidade.

A moeda social Palmas é um exemplo de que a sensibilização da comunidade frente aos seus desafios pode tornar-se a chave para se obter o sucesso em uma iniciativa, sendo que obter o sucesso, nesse contexto, possui o sentido de nivelar os interesses gerais e coletivos, gerando o bem-estar da comunidade.

Quanto às limitações desta pesquisa, pontua-se a impossibilidade de entrevistar um número maior de desenvolvedores do Banco Palmas, devido à incompatibilidade de horários e presença na sede da instituição, que poderiam contribuir com os resultados mostrados. Ademais, um tempo maior para observação dos aspectos da comunidade, assim como entrevistas com moradores comuns, ou seja, não diretamente ligados ao quadro de colaboradores do banco, para maior percepção das ações implementadas pelo Banco Palmas.

Sugere-se para pesquisas futuras a exploração de outras organizações semelhantes ao caso do Banco Palmas, de modo a realizar estudos de casos comparativos. Ademais, sugere-

se que sejam realizadas pesquisas com outros modelos de análise, a fim de buscar entendimento sob outras perspectivas da abordagem da inovação social.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BATAGLIN, J. C. **Barreiras e facilitadores da inovação social**: estudo de casos múltiplos no Brasil. 2017. 237 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.
- CAJAIBA-SANTANA, G. **Social innovation**: Moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, 2013.
- CEPAL. **Cepal**. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0>>. Acesso em 09 mar 2019.
- CLOUTIER, J. Qu'est-ce que l'innovation sociale? In: CRISES. Centre de Recherche sur les Innovations Sociales. **Cahier du CRISES**. Québec, p. 1-46, 2003.
- CORBIN, J.; STRAUSS, A. Grounded Theory Research: Procedures, Canons, and Evaluative Criteria. **Qualitative Sociology**, v. 13, n. 1, p. 3-21, 1990.
- COSTA. Banco Palmas como uma plataforma de desenvolvimento comunitário. In: MORAES, L; BORGES (orgs). **Novos paradigmas de produção e consumo**. São Paulo: Instituto Pólis, p. 249 – 292, 2010.
- CRISES. **Présentation**. Disponível em: <<http://crises.uqam.ca/lecentre/presentation.html>>. Acesso em: 07 nov 2018.
- DANTAS. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- DOWBOR, L. **Democracia econômica**: um passeio pelas teorias. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
- FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Comercialização solidária**: Conjunto Palmeiras, 2016. Disponível em: <<http://cirandas.net/comsolconjuntopalmeira/quem-somos>>. Acesso em: 27 maio 2019.
- FRANCO, A. **O lugar mais desenvolvido do mundo**: investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário. Projeto DLIS. Sistema AED - Agência de Educação para o Desenvolvimento. Distrito Federal: AED, 2004.
- FREIRE, M. Moedas sociais: o que são, como funcionam e porque podem ser consideradas instrumentos de desenvolvimento local - aspectos relevantes. In: SEMINÁRIO BANCO CENTRAL SOBRE MICROFINANÇAS, 7, 2008, Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte: BC, 2008.
- _____. **Moedas sociais**: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil. 2011. 374 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GALBRAITH, J. K. **A moeda: de onde veio, para onde foi**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Editora, 1997.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- INSTITUTO BANCO PALMAS. **PalmasLab**. 2019a. Disponível em: < <https://www.institutobancopalmas.org/palmaslab/> >. Acesso em 08 abr. 2019
- INSTITUTO BANCO PALMAS. **Projeto Elas**. 2019b. Disponível em: <<https://www.institutobancopalmas.org/projeto-elas/>>. Acesso em 08 abr. 2019.
- INSTITUTO BANCO PALMAS. **A (r)evolução das moedas sociais: do PalmaCard ao E-dinheiro**. 2019c. Disponível em: < <http://www.institutobancopalmas.org/a-revolucao-das-moedas-sociais-do-palmacard-ao-e-dinheiro/>>. Acesso em 08 abr. 2019
- INSTITUTO BANCO PALMAS. **Reconhecimentos ao PalmasLab**. 2019d. Disponível em: < <http://www.institutobancopalmas.org/reconhecimentos-ao-palmaslab/>>. Acesso em 08 abr. 2019.
- INSTITUTO BANCO PALMAS. **O que é um banco comunitário?** 2019e. Disponível em: <<https://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>>. Acesso em 28 abr. 2019.
- INSTITUTO BANCO PALMAS; NESOL-USP. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9, 2013.
- INSTITUTO BANCO PALMAS. **100 perguntas mais frequentes**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2010.
- KOHLER, R.; OLIVEIRA, M. P. A moeda social como instrumento econômico para potencializar o desenvolvimento local/regional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 6, 2013, Santa Cruz do Sul, **Anais...** Santa Cruz do Sul: SIDR, 2013.
- KUMAR, A. **Brasil: acesso a serviços financeiros**. Rio de Janeiro: Ipea, Banco Mundial, 2004.
- LIMA, J. L. C. **Banco Palmas e políticas públicas no Conjunto Palmeiras: um estudo sobre o desenvolvimento humano sustentável e o trabalho solidário (1998-2002)**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.
- MAURER, A. M. **As dimensões de inovação social em empreendimentos econômicos solidários do setor de artesanato gaúcho**. 2011. 190 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MELO NETO SEGUNDO; J. J.; MAGALHÃES, S. **Bairros pobres, ricas soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica. 2008.

MENEZES, M. S.; CROCCO, M. A. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 371-398, 2009.

MOREIRA, T. P. **Dimensões da inovação social**: o caso da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MOULAERT, F. Introduction: Social Innovation and Governance in Europe Cities. **European Urban and Regional Studies**, v. 14, n. 3, p. 195-209, 2007.

MOULAERT, F. *et al.* Towards alternative model(s) of local innovation. **Urban Studies**, v.42, n. 11, p. 1969-1990, 2005.

MULGAN, G. *et al.* **Social innovation**: what it is, why it matters and how it can be accelerated. Oxford: Skoll Centre for Social Entrepreneurship, 2007.

OXFAM BRASIL. **A distância de que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo, 2017.

PALMASLAB. **O que somos?** 2019a. Disponível em:
<<http://palmaslab.org/index.html#intro>>. Acesso em 08 abr. 2019.

PALMASLAB. **Formação**. 2019b. Disponível em:
<<http://palmaslab.org/Forma%C3%A7%C3%A3o/forma.html>>. Acesso em 08 abr. 2019.

RABELO, C. R. **“Memórias de Nossas Lutas”**: narrativas do Conjunto Palmeiras em Fortaleza, Ceará (1974 a 2014). 2017. 218 f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

RIGO, A. S. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil**: aplicações e implicações, teóricas e práticas. 2014. 344 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ROCHA, S. Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro, n. 721, 2000. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3990&catid=314>. Acesso em 28 abr. 2019.

SACHS, I. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o papel da política. In: ABRAMOVAY, R. *et al* (Orgs). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Unesp/Edusp, 2001.

SALVADOR C. M. M.; GRANJEIRO, D. S. Urbanização, especulação imobiliária e sistemas ambientais: um estudo sobre o bairro Sapiranga-Coité em Fortaleza-CE. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7, 2014, Vitória. **Anais...** Vitória: CBG, 2014.

- SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SDE. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Desenvolvimento humano, por bairro, em Fortaleza**, 2014. Disponível em:
<<https://pt.calameo.com/read/0032553521353dc27b3d9>>. Acesso em 17 maio 2019.
- SINGER. P. O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária. In: INSTITUTO PALMAS e NESOL-USP (Orgs.). **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9, 2013.
- SOLIDÁRIOS. **Evento**. 2019. Disponível em:
<<http://bancossolidarios.global/index.php?lang=pt#Intro>>. Acesso em 28 abr. 2019
- TARDIF, C; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence e transversalité: La conceptualization de l'innovation sociale au CRISES. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovation Sociales. **Cahiers du CRISES**. Québec, p. 1-81, 2005.
- TAYLOR, J. Introducing Social Innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 6, n. 1, p. 69-77, 1970.
- TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VAZQUEZ *et al.* Política econômica e política social no Brasil nos anos 1990: possibilidades, limites e condicionantes. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.13, n.2, p.147-167, 2004.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- ZAWISLAK, P. A. **L'activité de conception: Les trajectoires brésiliennes de l'industrie aéronautique et de l'industrie de la chaussure**. 1994. Tese (Doctorat Nouveau Régime) - Université Paris VII, Paris, 1994.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA DOS DESENVOLVEDORES

1. PERFIL DO ENTREVISTADO
1.1 Nome, idade e grau de escolaridade?
1.2 Cargo ou função no Banco Palmas?
1.3 Quando iniciou o seu envolvimento com o Banco Palmas? O que motivou seu ingresso?
2. DIMENSÕES DA INOVAÇÃO SOCIAL
Dimensão Transformações
2.1 Como era a realidade econômica e social da comunidade local e das pessoas envolvidas a época da constituição do Banco Palmas? O que motivou a atuação no campo escolhido?
EXTRAS: Antes do Banco Palmas, você tem conhecimento de alguma ação desenvolvida buscando atender aos desafios da região? Houve alguma tentativa (experimento) semelhante ao Banco Palmas? Como a constituição do Banco Palmas foi vista pela comunidade local no início?
Dimensão Caráter Inovador
2.2 Ação social: Como se deu o processo de constituição do Banco Palmas? (ideia inicial, desenvolvimento, arranjo institucional, regulação social, políticas e programas públicos).
2.3 Modelos: Qual o modelo de gestão adotado pelo Banco Palmas? (organização das atividades, tomada de decisão, participação do poder público, fonte e distribuição de recursos).
2.4 Economia: Como o Banco Palmas busca gerar valor econômico ou social, no sentido de contribuir com o desenvolvimento econômico local?
EXTRAS: Alguma tentativa inicial de atuação (ou experimento) do Banco Palmas acabou frustrada?
Dimensão Inovações
2.5 Escala: Qual a abrangência das ações do Banco Palmas? Quais são os públicos beneficiados (de forma direta e indireta) pelo Banco Palmas? Como ele é visto pela comunidade local hoje?
2.6 Tipo: Quais são as atividades desenvolvidas pelo Banco Palmas?
2.7 Finalidade: Qual é o objetivo principal (interesses/necessidades que atende) do Banco Palmas?
Dimensão Atores
2.8 Quais são os atores envolvidos na promoção da inovação social através do Banco Palmas? (sociais, organizacionais, institucionais, intermediários).
EXTRAS: Atualmente, como são estabelecidas as relações entre os atores envolvidos no Banco Palmas? (identidade, valores, normas).
Dimensão Processos
2.9 Modos de coordenação: Como se dá a participação e a mobilização dos atores no Banco Palmas? Há um sistema de avaliação das atividades e/ou dos seus impactos?
2.10 Meios: Como se dá o processo de integração entre os atores envolvidos?
2.11 Restrições: Que tipo de restrições ou dificuldades foram/são encontradas no desenvolvimento das atividades do Banco Palmas?
EXTRAS: Como se dá o intercâmbio de informações e experiências entre os atores? O exemplo do Banco Palmas foi disseminado para outros contextos? Como e quando? O que sua experiência pessoal com o Banco Palmas lhe proporcionou até agora?

Fonte: Adaptado de Tardif e Harrisson (2005) e Moreira (2017).

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA DOS BENEFICIÁRIOS

1. PERFIL DO ENTREVISTADO
1.1 Nome, idade e grau de escolaridade?
1.2 Qual sua relação com o Banco Palmas? De quais atividades você participa?
1.3 Quando iniciou o seu envolvimento com o Banco Palmas? O que motivou seu ingresso?
2. DIMENSÕES DA INOVAÇÃO SOCIAL
Dimensão Transformações
2.1 Como era a realidade da comunidade local antes da contribuição dada pelo Banco Palmas? Em termos econômicos e sociais, como era a vida das pessoas da comunidade?
EXTRAS: Que tipo de tentativa de mudança (diferentes ou semelhantes) já havia sido feita antes da colaboração vinda do Banco Palmas? Como o Banco Palmas foi visto pela comunidade local no início?
Dimensão Caráter Inovador
2.2 Ação Social: Como era o Banco Palmas no início quando você chegou?
2.3 Modelo: Como você desenvolve suas atividades junto ao Banco Palmas?
2.4 Economia: O que você acredita que ganha (econômico ou socialmente) com essas atividades?
Dimensão Inovações
2.5 Escala: Como o Banco Palmas é visto pela comunidade local hoje?
2.6 Tipo: Quais são as atividades desenvolvidas pelo Banco Palmas?
2.7 Finalidade: Qual é o objetivo principal do Banco Palmas para você?
Dimensão Atores
2.8 Quais são as pessoas (atores) envolvidas na promoção dessas atividades? (sociais, organizacionais, institucionais e intermediários).
EXTRAS: Como você vê a relação entre as pessoas/atores (incluindo você) envolvidas no Banco Palmas?
Dimensão Processos
2.9 Modos de coordenação: Como as pessoas podem participar das atividades? Como as pessoas se organizam no sentido de atingir os objetivos das atividades? Existe algum tipo de sistema de avaliação das atividades desenvolvidas?
2.10 Meios: Como se dá o processo de integração e troca de experiências entre os atores (incluindo você) envolvidos?
2.11 Restrições: Quais dificuldades foram/são encontradas?
EXTRAS: O que a existência do Banco Palmas lhe proporcionou até hoje? E para a comunidade local?

Fonte: Adaptado de Tardif e Harrisson (2005) e Moreira (2017).

ANEXO A – SEDE INSTITUTO BANCO PALMAS E CORRESPONDENTE BANCÁRIO



Fonte: Dados de Pesquisa (2019).



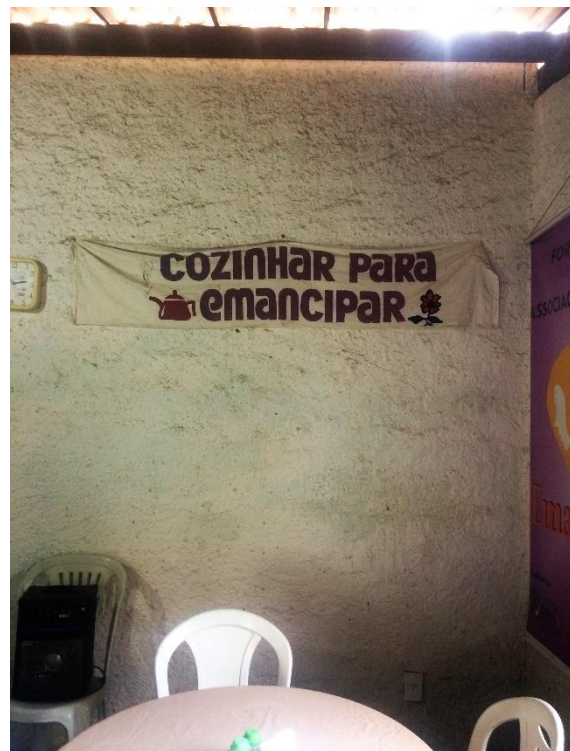
Fonte: Dados de Pesquisa (2019).

ANEXO B – SEDE DO PROJETO ELAS - EMANCIPADAS

Fonte: Dados de Pesquisa (2019).



Fonte: Dados de Pesquisa (2019).



ANEXO C – LOJA O BODEGÃO E PRODUTOS COMERCIALIZADOS



Fonte: Dados de Pesquisa (2019).



Fonte: Dados de Pesquisa (2019).





Fonte: Dados de Pesquisa (2019).



Fonte: Dados de Pesquisa (2019).

